

**AVALIAÇÃO DO MOVIMENTO NACIONAL
DE DIREITOS HUMANOS
EQUIPE MISTA CESE/MNDH**

“a parcela com a sociedade civil é o canal que torna oficial
as iniciativas da sociedade civil organizada. Ela tem tentáculos
com a vida. Se relaciona diretamente com os fatos”

Dr. Luciano Mariz Maia – Procurador
Geral da República na Paraíba

José Carlos Zanetti e Oscar Gatica

Fevereiro/96
AVALIAÇÃO DO MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. Introdução
2. O périplo pelos Regionais
3. Procedimentos metodológicos
4. A Atualidade do tema dos Direitos Humanos
5. Temas
 - SOMOS INDISPENSÁVEIS ENQUANTO ARTICULAÇÃO PRÓPRIA?
 - O “OLHAR DE FORA”: QUE SIGNIFICADO OS OUTROS NOS DÃO?
 - VISIBILIDADE PRA QUÊ?
 - A CONDIÇÃO DO PERTENCIMENTO AO MNDH
 - COMUNICAÇÃO: ENTUPIMENTO GENERALIZADO
 - ACERCA DA IDENTIDADE
 - SUB TEMAS: ASSESSORIA OU MOVIMENTO – UMA FALSA QUESTÃO
 - SER INTERLOCUTOR E/OU SERVIÇO E/OU REDE?
 - A QUESTÃO DA ESPECIFICIDADE/ESPECIALIDADE DO MOVIMENTO
 - A FUNÇÃO DE BRASÍLIA E A “CARA” POLÍTICA DO MOVIMENTO
 - COMO VÃO OS PROGRAMAS?
 - DISCUSSÕES EM TORNO DA ESTRUTURA E OS MECANISMOS DE DECISÃO
 - O MNDH E SUA RELAÇÃO COM O ESTADO
 - A CORAGEM DE DENUNCIAR E A CAPACIDADE DE PROPOR
 - FALTA DE RECURSOS – CHIAR É PRECISO. OUTRAS INICIATIVAS TAMBÉM
 - QUESTÕES INSTITUCIONAIS
(o futuro das relações com a CESE)
6. Desafios/Recomendações

ANEXOS

AVALIAÇÃO DO MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

APRESENTAÇÃO

Ao se envolver num processo, e ainda deste tipo, avaliativo, onde está em jogo as convicções mais caras, os interesses legítimos de pessoas e grupos tão diferentes, que não abrem mão de influir politicamente em um espaço eleito como vital à realização de sua utopia – de uma sociedade fraterna e igualitária – é impossível sair-se ileso, como um espectador virtual. Até porque os componentes da equipe, cada a um à sua maneira, sentem-se envolvidos com esta temática tão ampla e inescapável que é a luta pelos direitos humanos.

O que se perseguiu o tempo todo, nas andanças pelos regionais, em 17 estados do país, pela sede nacional do movimento, pelos acarpetados dos ministérios federais ou pelas visitas locais, foi ouvir muito os que tinham a falar, compreender seu ponto de vista, vivenciar a densidade dos trabalhos em prol dos direitos humanos tal como se manifesta em cada pedaço da realidade para, por fim, confrontar com esta associação que se institucionalizou no Movimento Nacional de Direitos Humanos. Saber da eficácia desta estrutura e desta articulação que envolve recursos humanos e materiais, de sorte a renovar a sua legitimidade. Como dissemos no relatório, “*o time é esse*”, só que são muitas cabeças, origens, formas diferentes de interpretar os fatos, de defender seu projeto político, de superar a cultura autoritária, de cultivar a arte de conviver com as diferenças. Nossa atenção maior esteve voltada, até pelo condicionamento da avaliação, para as instâncias de direção do movimento.

Dizer por fim, que pessoalmente foi uma experiência muito prazerosa para nós da equipe, que em todo lugar tivemos acolhida fraterna e sem desconfianças. A avaliação nas bases do movimento chegou como algo desejado, sem reservas. Ninguém ficou sem assunto porque havia motivação. Só esperamos ter conseguido devolver sob a forma deste relatório, ainda por concluir no 9º Encontro, particularmente as sugestões e recomendações, uma parte ínfima como síntese do acervo riquíssimo de depoimentos gravados em fitas, e agora colocados à disposição da CESE e do MNDH. Até lá!

José Carlos Zanetti/CESE

Osmar Gatica/MNDH

1. INTRODUÇÃO

Como era do conhecimento dos Regionais do MNDH, passados mais de 10 anos de existência organizada do movimento a nível nacional, a CESE – instituição ecumênica que vem apoiando sistematicamente esta articulação desde sua fundação, propôs que fosse desencadeado um processo avaliativo – um balanço dos caminhos, prioridades, desafios, e dos mecanismos adotados de institucionalização do movimento.

Ainda que esta iniciativa já tenha sido muitas vezes ensaiada e mesmo alguns produtos de diagnóstico realizados, a exemplo do importante trabalho feito pela antiga Secretaria Nacional de Formação, intitulado “Um Estudo Descritivo”, em 1991, esta é a primeira vez que está sendo proposta uma avaliação ao mesmo tempo, externa e interna, vez que objetivos, metodologia e a equipe destinada a este fim, foram montadas conjuntamente pela CESE e a Coordenação do Conselho Nacional do MNDH.

No início não foi um processo tranqüilo. Num primeiro momento, em abril de 95, quando reuniram-se em Salvador, a Coordenação de Conselho e a equipe da CESE, foi realizada uma primeira rodada de discussões em torno de esclarecimentos recíprocos, dada a sucessão de incompreensões e subjetividades que andaram rodando as relações entre a CESE e o MNDH. Afinal, o que poderia haver por trás de uma avaliação? Qual o objetivo? Quem quer a avaliação? De quem é a decisão política sobre o processo avaliativo?

À época, foi reafirmado pelos representantes do MNDH, que a nível do Conselho Nacional e da Secretaria, havia receptividade para avaliação. Perpassava, entretanto, um sentimento de exposição e julgamento. E a prevalecer o sentido de condenação, emergência, reativamente, a resistência e intenção de não se expor. É que, de fato alguns problemas vinham se acumulando de parte a parte. Não que um processo avaliativo tenha que ser necessariamente desencadeado pela antevisão de crises. Pode ter também um sentido revitalizador. Assim como tudo que é sólido desmancha no ar, há um tempo para tudo. Também para a avaliação.

Tendo as partes concordado quanto aos encaminhamentos iniciais, partiu-se para montagem dos Termos de Referência (TdR) que, refletindo o estágio de reflexão da intenção avaliativa, observa que o “sentido da avaliação foi afinal assimilado, como instrumento do cotidiano, como processo permanente de construção coletiva, e no caso da conjuntura vivida pelo MNDH, como oportunidade”.

Também esclarecia os TdR que “objetivo central seria verificar a consistência das prioridades eleitas de trabalho e sua assimilação real pelos grupos envolvidos, bem como os efeitos quali-quantitativos sentidos no processo de transformação social. Verificar até onde a estrutura organizacional ou, dito de outra forma, a institucionalização da intenção articuladora (a nível dos regionais e do MNDH), supera a auto-justificação e, por conseqüência, a dicotomia atividade-meio X atividade-fim. E ainda constatar ou questionar se há correspondência entre tais necessidades e a dimensão material e orçamentária alocadas”.

Do ponto de vista metodológico considerava, como era de se esperar, o pressuposto de que a avaliação ensejasse um processo participativo voltado para o futuro do movimento. A

equipe de avaliação (Oscar Gatica, pelo MNDH e Jose Carlos Zanetti, pela CESE), com base nas propostas de trabalho de cada Regional, da Secretaria nacional e dos coordenadores dos Programas, montou um calendário de visitas e reuniões, percorrendo todo o país, priorizando os encontros regionais por constituírem-se no momento privilegiado de contato com os grupos locais, até chegar ao IX Encontro Nacional, onde se espera seja ele mesmo um espaço e momento de síntese da experiência avaliativa.

Previsivelmente, os Termos de Referência foi o documento básico e norteador para desencadear tal experiência. Ocorreu à equipe elaborar um Breve Roteiro Auxiliar ao processo de avaliação do MNDH dirigido aos Regionais, visando evitar uma excessiva pulverização de temas e questões, inevitável sem a proposição de um eixo condutor. Mesmo não sendo tão breve como se desejava, optou-se pecar pelo excesso. Solicitamos das secretarias ou coordenações que na medida do possível, organizassem uma agenda mínima para contatos com grupos ou personalidades atuantes na área dos Direitos Humanos, mas fora do Movimento, com bons resultados. A intenção foi buscar um distanciamento. O “olhar de fora” nos pareceu um bom recurso para aprimoramos a sintonia fina quanto a real expressão do movimento na sociedade.

2. O périplo pelos Regionais

O propósito avaliativo teve boa aceitação em todos os regionais e teria sido melhor a utilidade do roteiro, se de fato funcionasse a correia transmissora a partir da Secretaria Nacional. Em meados de julho p.p., remetemos 9 jogos de correspondências, constando de apresentação e roteiro, além de uma carta solicitando que a Secretaria anexasse sua própria apresentação e estímulo à experiência avaliativa. Conforme calendário dos encontros regionais, então disponível, ainda que incompleto, seria um tempo suficiente para que as coordenações regionais processassem o roteiro remetendo-os aos grupos locais.

Em geral, isto não ocorreu. Enquanto alguns regionais receberam o material em tempo hábil, outros tiveram acesso em cima dos encontros e ainda aqueles que tomaram conhecimento por nosso intermédio. Teve regionais que sequer haviam contemplado a avaliação na sua pauta. Em todo caso, prevaleceu a boa vontade, mesmo quando houve imprevisto, para garantir a discussão do roteiro em todos os regionais. À época da visita ao NORTE I, ainda não contávamos com este material. A discussão do roteiro praticamente dominou a dinâmica do encontro no LESTE I, adotado também como instrumento de auto-avaliação. Apenas o SUL II remeteu previamente o roteiro como subsídio aos filiados. Como se vê, isto também compõe a avaliação.

3. Procedimentos metodológicos

A gama de interlocuções externas ao movimento foi para além do previsto nos TdR, ditada pelas possibilidades e novas idéias que pudessem enriquecer o “olhar de fora”. Assim, ouvimos parlamentares, acadêmicos, líderes religiosos, grupos ou organizações, parceiros, procuradores, membros do poder executivo, conforme lista anexa. O estágio de tratamento institucional do movimento em alguns regionais nos instigou a ouvir alguém da PM ou da Polícia Civil, o que finalmente conseguimos na Paraíba – um Tenente Coronel, que compõe o Estado Maior no Estado e é um membro do Conselho Estadual de Defesa do Homem e do

Cidadão e, posteriormente o comandante geral da polícia capixaba. Para este público, apresentamos genericamente algumas questões comuns: como atuam, como percebem os problemas nacionais/regionais que rebatem sobre os DH, como visualizam o movimento regionalmente e o MNDH e, por fim, perspectivas – como avaliam as respostas da sociedade e o que esperam do Movimento.

Em relação aos encontros regionais: uma vez definida pauta e prazo, nosso papel foi o de historiar nossa função, quem é a CESE (sempre há grupos novos participando), os objetivos da avaliação e sugestões para o melhor aproveitamento do roteiro, já que algumas questões eram mais afins. No fechamento deste processo ou por ocasião da avaliação do próprio encontro, emitíamos enquanto equipe, nossas impressões sobre como foram ou poderiam ser melhor exploradas determinadas questões e ainda como foram por outros regionais. Nos intervalos, procuramos entrevistar, entre os grupos filiados, entidades de referência e outras que tenham aderido recentemente à articulação do MNDH. De forma assistemática, procurou-se também contratar grupos que já pertenceram ao movimento ou daqueles que sem terem formalmente se afastado, encontram-se desmotivados. Por sua importância na estrutura do movimento, entrevistamos à parte, a maioria dos conselheiros e, mais detidamente aqueles militares históricos, estando ou não nesta função.

A partir de um registro ocasional em vídeo, no LESTE II, por um grupo local, tomamos o exemplo, de sorte que gravamos boa parte dos encontros e dos depoimentos externos, com um duplo objetivo: gravar as falas e, a depender do interesse, editar os aspectos da avaliação em vídeo, sabendo tratar-se de um trabalho amador, mas de interesse documental e de memória tanto para a CESE quanto para o MNDH. Também para maior segurança, fizemos gravações simultâneas em fita cassete.

Por fim, cabe esclarecer o formato deste relatório. Em reunião com a Coordenação do Conselho e a CESE, foi proposta à equipe de avaliação que o documento para o IX ENCONTRO fosse um documento mais ágil, para ser melhor processando neste ambiente. Ele tem um caráter provisório, na medida em que o próprio encontro será um momento de desfecho e de síntese. Ele segue como subsídio, junto a outros documentos que a Secretaria Nacional preparou para alimentar a dinâmica e os novos e permanentes desafios colocados ao MNDH, com vistas ao planejamento, ao futuro do movimento.

4. A Atualidade do tema dos Direitos Humanos

Quando se elege como premissa básica ao processo avaliativo, a renovação da legitimidade do MNDH, trazemos à tona um pressuposto derivado que é o reconhecimento da atualidade do objetivo, da razão de ser desta articulação. Apesar do desejado processo de democratização em curso na América Latina, ao qual devemos permanentemente valorizar, é preocupante a extensão e profundidade do processo de globalização de sua economia sob hegemonia do neo-liberalismo- o viés a que chegou o sistema capitalista de produção, com reconhecidas conseqüências de agravamento da exclusão social. Seja pelo rumo que toma hegemonicamente a economia, seja pela dívida social acumulada, o fato é que o tema dos Direitos Humanos, permanece na agenda dos países e dos grandes fóruns internacionais, como se pôde constatar pela recente Conferência da ONU sobre a situação da mulher no mundo, em Pequim.

Da mesma forma, a destacar a “Cúpula das Américas”, que no final de 94 reuniu a maioria dos Chefes de Estado do continente americano, em Miami, dedicando em seu documento final, um capítulo inteiro à questão dos direitos humanos. Neste contexto, não se pode deixar de mencionar o importantíssimo evento ocorrido em Viena, em 1993, que foi a 2ª Conferência Mundial de Direitos Humanos, no qual o MNDH esteve presente desde sua preparação, em cuja síntese reafirma dentre as sucessivas gerações de direitos humanos conquistados, a indivisibilidade e a universalidade destes direitos, inovando significativamente este conceito quando reconhece o protagonismo primordial da sociedade civil como o componente mais amplo e legítimo na evolução e aplicação dos direitos da pessoa humana.

E no Brasil, nada mais eloqüente e emblemático, do que a falta do Sr. Presidente da República em seu improvisado discurso de 7 de Setembro: “E agora que nós estamos nos aproximando do século XXI, essa luta pela liberdade e pela democracia tem um nome específico: chama-se Direitos Humanos”. Da palavra aos atos, talvez decorra um tempo sempre exagerado para os que sofrem na carne a violação de seus direitos, mas ao menos pela primeira vez no Brasil, o Estado admite a gravidade e a urgência de soluções em defesa da vida para a maioria de seus cidadãos.

“Nós brasileiros somos herdeiros de uma exclusão fantástica que torna a luta dos Direitos Humanos uma luta permanente, uma luta política. Hoje, creio que a luta dos DH já se transformou num componente cultural, pertence já a cultura mais aberta, progressiva, solidária. E na medida em que esta luta se fortifica e se solidifica, ela se irradia culturalmente e faz com que este tema jamais saia da agenda de toda preocupação política e social e até espiritual das pessoas. Mais e mais vemos hoje que a luta pelos DH não é só uma questão de ética, uma questão de só de cidadania. É uma questão de sociedade. O tipo de sociedade que temos, como ela funciona, necessariamente leva à exclusão e violação sistemática dos DH. Então a luta tem que ser social, política no sentido de gerarmos formas de convivialidade, que implica para o seu funcionamento, a realização de direitos. Isto é o desiderato mais difícil de ser alcançado, mas o mais urgente e esta meta estratégica que tem de manter-se sempre viva entre os grupos de Direitos Humanos”.

(Leonardo Boff)

Hoje cada vez mais se multiplicam na área de Direitos Humanos as inserções, cruzamentos entre civil e o institucional, até porque as nomenclaturas são semelhantes. Para Pedro Wilson – Coordenador Nacional do MNDH esta multiplicidade pode gerar confusões de identidade e, portanto de visibilidade, mas que resulta de um quadro positivo que é a proliferação de pessoas, grupos e instituições que se ocupam com a temática dos DH. *“Há 10 anos, era pouco ventilado as violações dos DH no Brasil. Quem se ocupava com isso? Foi a cartilha feita pela CESE, praticamente nós e um pouco a AOB. Hoje, por uma conjuntura nacional e internacional favorável, a questão dos DH está em todo lugar e é previsível que vai haver confusão. Porque ao lado de variedades de grupos e siglas no movimento civil, tem, por exemplo, o atual Conselho Federal de Direitos da Pessoa Humana para o qual há um projeto para transformá-lo em Conselho Nacional de Direitos Humanos, um nome mais parecido com o nosso, tem a Comissão de Direitos Humanos da Câmara, os conselhos estaduais, as comissões nas câmaras municipais, tem agora o Plano*

Nacional Direitos Humanos, o Prêmio Nacional de DH, nosso e deles...”, em todo refletindo a atualidade do tema e os grandes desafios quando ao melhor formato e real papel do MNDH, daqui pó diante.

5. Temas

Com base em documentos do movimento, especialmente seus relatórios, programas e subsídios, pode-se constatar a intensidade do debate no seu interior, servindo em boa medida como fonte e guia para apreensão das diferentes conjunturas reflexas vividas por esta articulação e de como foram se amalgamando concepções e leituras de realidade e, em decorrência, a priorização de determinados “eixos” e “bandeiras” nos diversos períodos da história recente. O esforço energético vindo do movimento refletia, a um só tempo, sua capacidade de reação às estruturas sócio-políticas perversas que propiciavam, (e ainda hoje) um conjunto de violações aos direitos humanos, bem como o corte político-ideológico e organizacional hegemônico entre grupos. Não sendo objeto desta avaliação maiores aprofundamentos quanto a evolução histórica do MNDH, senão como pano de fundo para compreender, parafraseando Darcy Ribeiro, porque o movimento deu no que deu, optou-se desde os TdR e do Roteiro Auxiliar à Avaliação, por eleger-se temas quase que permanentes em sua trajetória, muitos dos quais com renovados desafios, temas recorrentes ao longo da vida e dos encontros do MNDH.

• SOMOS INDISPENSÁVEIS ENQUANTO ARTICULAÇÃO PRÓPRIA?

Esta questão, aparentemente desnecessária de ser levantada, funciona como contraface de outra, eleita com um dos objetivos pressupostos da avaliação, que é a renovação ou reafirmação da legitimidade do MNDH. Saber a que veio, a quem serve e principalmente, sua contemporaneidade no campo dos Direitos Humanos, sem desconhecer, que é praticamente irresistível traçar paralelos quanto à sua expressão nacional, regional e estadual.

É o que o processo de democratização e o tipo de economia prevalecente vão suscitando múltiplas formas de participação e, mais importante, de transformação social. Isto nos remete ao tal contexto (local, nacional, latino, mundial) do que está em jogo na sociedade – a questão dos novos valores e atores, que nos exigirão novos instrumentos teóricos e análise e, como se diz tão freqüentemente, novos paradigmas.

Em síntese, saber se o MNDH permanece atraindo, seduzindo os centros e entidades locais. Se há vida, empolgação ou apenas relações a que se acostumou alimentar, mais como obrigação militante, do que o entusiasmo do encontro, do sentimento coletivo de que ali, no espaço do MNDH, há uma Utopia. As impressões vivenciadas nos encontros regionais, nos contatos pessoais e mesmo um despretenso levantamento para atualizar algumas informações sobre os filiados ao MNDH, permitiram sentir quase sempre esta vibração. Mas há também lacunas e desencontros, como veremos.

“Contextualização”: foi com certa dificuldade que o secretário do Regional NORTE II, pronunciou a palavra, como que querendo apreender todo seu significado. É que na renovação do projeto daquele Regional junto à CESE, foi-lhe pedido mais e melhores dados

sobre a realidade, em torno da qual se elencavam itens e recursos. Alguns regionais estão percebendo as mudanças, outros estão um tanto perplexos quanto a compreensão da conjuntura. Ou dito de outra forma: uma má leitura da realidade, pode induzir a equívocos quanto ao papel, prioridades e estrutura do MNDH, doravante.

Outro exemplo foi nos dado por um militante do CDH de Petrópolis ao analisar as causas do esvaziamento da articulação do MNDH no Rio, alertando que haviam também motivos externos e não exclusivos do movimento, um desânimo que atingia mais extensivamente o movimento popular: *“depois de todas etapas que nós passamos, as grandes mobilizações que nós tivemos, depois da grande mobilização de LULA, e a última FHC e LULA, que a gente levou um banho danado, eu acho que aumentou, cresceu este desânimo. Há uma crise de credibilidade, de auto-estima, neste tipo de articulação”*.

Não é incomum deparar-se com alguém que ao ser convidado para alguma atividade, responda polidamente que gostaria, mas falta-lhe tempo. O tempo, este senhor que nos é cada vez mais raro, aparece quando se prioriza, em função da capacidade de aglutinar ou não, daquilo ser o “tchan”, como disse um entrevistado. *“Eu lhe digo com toda sinceridade como membro do CDH de Petrópolis, que é isto, falta sedução. Eu acho que realmente houve um desgaste muito grande. No fundo não está bem verbalizado, consciente na cabeça do pessoal. Em Petrópolis, eles (os militantes do centro) não sentem a sedução pelo movimento nacional, na luta do dia-a-dia. Nós somos muito solicitados e já não temos mais tempo... Parece que perdeu um pouco aquele entusiasmo de achar o seguinte: vamos participar desse movimento porque vai haver uma reciprocidade, uma troca. Eles sentem o movimento muito distante, não é uma coisa próxima. Eles não tem nada contra, acham ótimo e iriam se tivessem tempo, mas não lutam para ter tempo porque não sentem o que isto significa e o que isto vai acrescentar”*. (Márcia Miranda)

SÍNTESE SOBRE O TEMA: durante os encontros dos regionais e atentos com o olhar de fora, esta foi uma abordagem pouco valorizada. Na reunião do Conselho Nacional, alguém comentou a dificuldade que o movimento tem de se auto-avaliar. Esta abordagem quanto a capacidade que o movimento tem hoje de empolgar grupos que priorizam a problemática dos DH aparece mais tarde nos “Desafios”, quando se fala da *mística* do movimento. No fundo este estoque é dos mais questionadores para o seu futuro, ainda mais quando se constata a multiplicidade de grupos e instituições voltados para os DH e a urgência do movimento reafirmar sua identidade, definir como se diz em linguagem mercadológica, qual o seu “nicho”, (termo por sua vez emprestado da ecologia), seu espaço de excelência. Virá certamente como decorrência de sua capacidade de percepção e coragem reformuladora.

- **O “OLHAR DE FORA”: QUE SIGNIFICADO OS OUTROS NOS DÃO?**

Desde o início do processo avaliativo, a equipe de avaliação vislumbrava a conveniência de recorrer à uma interpretação de quem, identificado com a temática dos DH, pudesse opinar, julgar e sugerir sobre significado do MNDH e seu papel futuro na afirmação dos DH no Brasil. Foram inúmeros os depoimentos, ainda que nem todos se sentissem com elementos de avaliação, ficando mais no opinativo sobre o tema. Procuramos aqui elencar algumas das falas mais representativas dos diferentes olhares, uns mais afastados do movimento,

outros nem tanto. Acreditamos na importância maior do olhar de fora, pois as pessoas que opinaram ou recomendaram pistas, não são a sociedade, nem são o Estado, mas um pedaço importante deles, pelo que representam enquanto atores privilegiados.

O que se espera do movimento: *“a expectativa é que a assuma o espaço que já conquistou. Em alguns casos nos parece que está supervalorizado, em outros parece que nós mesmo não temos clareza, ou não damos conta da importância que tem o movimento. Na medida em que se torna mais visível, surgirão mais demandas e o movimento precisa estar preparado para atendê-las”*.

(José Ribamar Araújo e Silva, da Cáritas Maranhão).

“A posição propositiva é difícil, pois requer capacidade para ser interlocutor. Isto ocorre em quase todos os movimentos sociais e muito mais no NDH. Mas ainda assim tem conseguindo potencializar outros movimentos. Há lacunas: não se prioriza a ocupação de espaços institucionais ou talvez não se tenha gente para fazer a visibilidade do movimento. Não se tem muitas lideranças. Se deve avançar na busca da visibilidade. Por outro lado, a nível nacional, os adversários nos supervalorizam e nos temem. A respeitabilidade nacional e a nível internacional é boa. O fenômeno da exclusão (seu agravamento) vai nos exigir novos desafios”.

(José Ribamar)

*“Eu tenho contato constante com este pessoal que está organizando nesta área dos direitos humanos – o NEV, o CEDPH, o Fórum Interdisciplinar da Questão Prisional de SP, e já fui convidado para um encontro do MNDH aqui em SP. O movimento mantém essa defesa permanente dos DH contra a violência do Estado – esta é uma característica. Elas tem acesso aos meios de comunicação social (MCS). É um setor que é muito solicitado para dar a versão que tem para fatos onde o Estado esteja envolvido. **Acho que elas exercem um papel insubstituível. Tendo um papel especializado, acabam sofrendo por isso um estigma que a direita lhe imputou de defensores de bandidos.** Além de defender esta proposta de que o Estado não deve ser elemento gerador de violência, que a utiliza desnecessariamente, tem que disputar na sociedade uma vitória ideológica, que além de lutar contra a violência do estado, se esta lutando também contra a máquina da criminalidade que atinge durante as pessoas”*. **(Elói Pietá, Dep. Estadual e Pres. da Com. de Segurança Pública da AL-SP)**

“Eu acho que a mera existência do Movimento Nacional de Direitos Humanos é um processo extraordinário. Agora, não é um mal só do MNDH, mas de todas as entidades de DH – uma reflexão que deveria ser feita: é a tensão entre a mobilização e organização popular e a questão da reforma institucional. Eu tenho a achar que o movimento, pelo menos neste 10 anos de democracia, se descuidou deste aspecto. Não digo apenas fazer projetos, mas o controle do funcionamento das instituições. Eu acho que o movimento ainda não levou às últimas conseqüências a valorização da formalidade da democracia. Precisa haver um aprofundamento sobre a via democrática, porque senão a todo momento nós desqualificamos os espaços que nos abrem. Isto está presente na cabeça de muitos militares: “a lei é um engano, o judiciário não tem jeito, todos os políticos são ladrões”. A direção precisa ter uma clareza muito grande a este respeito: os militantes do MNDH

podem ter as opções políticas que quiserem, mas o MNDH deve ser intensamente laico, autônomo, e suprapartidário”

(Paulo Sérgio Pinheiro, Presidente da Comissão Teotônio Vilela e Coordenador Científico do Núcleo de Estudos da Violência/USP)

“Se a sociedade civil não tiver um interlocutor nacional, com quem este governo vai dialogar? Eu acho que as vezes o MNDH se subestima, não se coloca como interlocutor. Acho que o movimento se estadualiza, se regionaliza. É preciso que o movimento se assuma neste momento de reformulação do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Humana. Já houve uma audiência com o Presidente da República, já teve, já teve?”

(Paulo Sérgio Pinheiro)

“Quando a gente veio para o escritório no Brasil, já sabia da existência do movimento. Houve tentativas de fazer coisas comuns. Por exemplo o caso do extermínio, do bairro de Mãe Luiza em natal, através de Roberto Monte. Pois bem, eles fazem parte do movimento e estão montando as bases para fazermos o curso com eles. Então esta é uma experiência ótima do movimento”.

(James Cavallaro, representante da Americas Watch/Brasil e diretor o Centro pela Justiça e o Direito Internacional-CEGIL/Brasil)

“Em relação ao MNDH, uma das coisas que acho importante para o movimento é a relação com as entidades e a comunidade internacional, desenvolver mais isso”.

(James Cavallaro)

“Trabalhamos com muitas entidades, provavelmente ligadas ao movimento, sem que saibamos.” **(James Cavallaro)**

“Valeria, lá de Brasília, já estive no escritório da Americas Watch em Washington, ela deu um testemunho na OEA. Já enviei a ela 300 cópias de nossa gazeta para ela distribuir. Para nós é importante fortalecer a relação tanto com as entidades filiadas como com o movimento nacional. É uma pena que ainda não fizemos uma parceria mais permanente.”

(James Cavallaro)

“As ONGs (onde se inclui o movimento) formam o que alguém definiu o 3º Sistema, em confronto com o 1º - o governo e o 2º que são as transnacionais. Fizemos muita coisa no passado, alteramos a Lei de Segurança em pleno regime militar. Esses movimentos contra podem muito; eles com também podem muito. Denunciar é difícil mas fazer também é muito difícil...”

(José Belisário dos Santos – Secretário de Justiça de S. Paulo e ex-presidente da CJP de S. Paulo)

“Essa mudança em Rondônia, do pessoal sem-terra, em Corumbiara, eu não vi nenhum pronunciamento do MNDH sobre isto. Semanalmente há casos que merecem o pronunciamento de uma entidade que se diz nacional. Se o movimento não tem até agora um instrumento para cumprir sua missão profética de falar com coragem ao governo sobre as injustiças que estão sendo praticadas ou acobertadas, e que seus responsáveis

permanecem impunes, é necessário que tenha não só o secretário executivo que fale em nome da entidade ou quem sabe um grupo permanente de assessores que estejam dispostos a preparar uma palavra profética para distribuir à imprensa para que se fala no rádio ou na TV. E agente sabe que nossa imprensa está sempre pronta para isso e por que não dizer, ávida por isso. Pra mim uma das funções muito importantes do movimento nacional seria esta missão profética sendo cumprida com competência, com coragem e desprendimento”.

(James Wright, liderança presbiteriana e um dos organizadores do livro Brasil – Tortura Nunca mais)

“De todas essas entidades estabelecidas no país, inclusive uma entidade que tem raiz bem nacional, nós podemos destacar o Movimento Nacional de Direitos Humanos, que é uma entidade que conta com grande espectro de representatividade em todos os estados da Federação. O MNDH se destaca também por sua efetiva participação em defesa dos direitos humanos no País. Nós podemos testemunhar como exemplo desta efetiva participação, nos casos de Natal e Espírito Santo.”

(Humberto Espínoia, Membro da Coordenação Geral de Articulação e Defesa dos Direitos Humanos – Ministério da Justiça)

“A função crítica do movimento de direitos humanos é precisamente que volte a haver em todos e em cada um o respeito à integridade física, ao seu direito à vida, aos seus direitos sociais e é essa consciência que ganha força, porque é organizada no sentido de ver os fatos da vida, de demonstrar a relação que existe entre esses fatos, aparentemente esparsos, diversos e desconexos. O movimento traz um discurso coerente para estes fatos, interpretando-os, e partir desta realidade, consegue vender a idéia, juntamente com setores da imprensa, da necessidade de mudar este comportamento junto com a própria sociedade.”

(Luciano Mariz Maia – Procurador Geral da República no Estado da Paraíba, para área de Direitos Humanos)

“O MNDH é o organismo mais representativo no Brasil neste campo e é a única entidade da sociedade civil prevista para integrar o futuro Conselho Nacional de Direitos Humanos”.

(Nilmário Miranda, Deputado Federal e presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal)

SÍNTESE SOBRE O TEMA: este tipo de abordagem talvez se constitua num dos pontos altos de contribuição nova à avaliação, pois que a maioria das questões levantadas entre os participantes do movimento eram – reconhecidas por eles mesmos -, assuntos já tratados ou discutidos em instâncias do movimento nos últimos anos. Este recurso da percepção externa tem ainda a qualidade de despertar entre os integrantes do movimento, a relatividade do alcance de suas convicções ou “certezas”, e de que a luta pelos direitos humanos não é patrimônio ou legado exclusivo dos que militam nesta articulação. Foi bom constatar que tem “mais gente boa no pedaço”.

No geral, um respeito pelo MNDH e a confirmação de que o movimento parece subestimar-se, ou se mostra incapaz de dar conseqüência ao papel que lhe é reservado, ser ou não

interlocutor, saber transitar mais em outras esferas sem o temor de perder substância ou função, e outras possibilidades mais discutidas nos outros temas.

- **VISIBILIDADE PRA QUÊ?**

“A não especificidade do movimento é uma perda e o torna invisível e esta mesma falta de visibilidade e de políticas claras do movimento, provocou a saída da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos”.

(Silvane Magali, atual coordenadora da SMDH) ¹

O tema da visibilidade foi permanentemente recorrido, indicando tratar-se de um assunto valorizado pelos militares e dirigentes, cruzando freqüentemente com outros, como recursos, comunicação, interlocução, relação com o Estado, pertencimento, etc. Se é baixa a visibilidade, como sentimento predominante, há muitas explicações distintas para o fato e de demonstração do que se tem feito para inverter esta incômoda constatação.

“O nosso convênio com a Fundação de Apoio à Pesquisa do RGS, só foi viável porque nós apresentamos um trabalho que faz parte de um projeto nacional. Porque o Banco de Dados não é uma questão local, mas nacional. O próprio folder que mostra onde são situados os 286 centros existentes hoje no Brasil, é prova que não somos um grupo isolado, ms que temos uma rede com uma sede em Brasília. Este convênio, por sua vez, dá um outro respaldo técnico e político no que a gente se propõe. Para nós também a Secretaria Nacional tem sido um ponto de referência e de apoio e de articulação para todas as necessidades que o centro tem apresentado”.

(Marisa Formolo Dalla Vecchia – ex-secretária nacional do Programa de Formação e ex-assessora do MNDH)

“Eu vejo a grande importância do Movimento Nacional, porque é uma articulação, com todas as falhas existentes, mas é referencial. É referencial pelo estilo de nosso país, da realidade, das circunstâncias. Eu vejo assim de suma importância, onde pode, qualquer um de qualquer canto deste Brasil dizer: sou do centro tal, mas filiado ao movimento nacional. Isto dá toda uma conotação, um outro peso, e eu acho que a dificuldade desta visibilidade é um pecado nosso, porque a gente fala em nome do meu centro e as vezes esqueço de falar do nacional.”

(Roque Grazziotin – Conselheiro Nacional/SUL II)

“Em termos de regional, lá no NORTE I, a maioria dos centros são ligados à Igreja, inclusive meu centro é ligado diretamente à CNBB. A gente não consegue aparecer como MNDH. Quando Zanetti e Oscar estiveram por lá, demos em conjunto uma entrevista para a imprensa, e eles saíram com sendo da CNBB... Por outro lado tem o papel da Igreja, des-

¹ Inúmeros grupos e instituições parceiras ou filiadas àquele regional, enfatizaram o papel da SMDH, tanto em termos históricos, como referência e presença efetiva neste campo, de modo que o afastamento deste entidade não significou apenas a perda de uma entidade, mas de uma identidade e visibilidade do MNDH naquele regional – NORTE II. Felizmente parece estar havendo gestões locais no sentido da reaproximação).

sas mudanças de bispos (mais conservadores) e os grupos ficam sem nenhum apoio e começam a buscar autonomia em relação à Igreja e vem buscar apoio no movimento. Alguns bispos ficam indagando: que história e essa de fazer parte de um movimento?”.

(Maria Perpétuo Socorro, Conselheira Nacional/NORTE I)

“Se vemos a história do movimento, estes temas são recorrentes, nos acompanham desde o início. Por exemplo desde o Encontro de Belo Horizonte, 92, a reclamação das bases “nós precisamos transformar o movimento nacional em referência de DH junto a opinião pública”, ou seja, ainda não somos referência. Há um tempo atrás, o movimento não tinha, não cultivava e não cultuava esta visibilidade. Era muito internista, viveu sempre em torno do seu próprio umbigo. Mesmo as atividades de comunicação eram muito voltadas para dentro. As de formação idem, sempre voltadas para dentro e o movimento não se projetava pra fora, nunca mostrava sua cara. Visibilidade? Nós não fazemos publicações, não temos publicações, nada. Quem leu aqueles caderninhos? não interessava aos centros, e sempre voltada pra dentro, pra dentro. Tinha reclamação das bases há muito tempo. Pelos históricos do encontro isso vem com muita clareza”.

(Fermino Fechio Filho, Conselheiro Nacional/SUL I)

*“O Regional SUL I, por exemplo, ele abriu espaço no Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Humana (SP), um espaço institucional. Se você faz ele reproduzir e se organizar em torno dos Programas do Movimento Nacional, isto é das visibilidade ou não é? Se 8 entre 10 conselheiros – os da sociedade civil, estão filiados ao Regional, se está dando visibilidade ao MNDH ou não está? Pela primeira vez este grupo faz um projeto de Segurança Pública e faz o governador assinar e começar a implementar este projeto – definido no MNDH, a gente está divulgando ou não está divulgando o Movimento Nacional? A criação agora do **ombudsman** na polícia (ouvidor – que acompanha para a sociedade a conduta do corpo policial), foi uma exigência das entidades filiadas e que atuam no conselho estadual, em cima do governador. A sociedade civil tem agora como chegar em cima da polícia. Isto foi avanço do Movimento Nacional, feito por aquele “miserável daquele regionalismo” que tem 5.000,00/ano (Projeto de Apoio Institucional junto à CESE). Não dá pra conta de luz, água, aluguel e não dá pra deixar ninguém disponível! Nós não temos quase visibilidade, mas nós nunca trabalhamos esta visibilidade”.*

(Fermino)

*“A questão da visibilidade e do papel do Conselho, vem de 90,91,92... Como estas questões não são nunca devidamente discutidas e encaradas, este é o momento propício, não podemos deixar passar. Ele é difícil porque a visibilidade que se reclama, comporta vários aspectos e protagonistas que devem atuar nesta visibilidade, especialmente os conselheiros, e não adianta dizer aqui que todo conselheiro se assume em seu Regional, como representante do Movimento Nacional. Vem aqui, fala e qualquer atividade que desenvolve, é o seu centro que assume e não coloca o nome do movimento. **Este movimento carece da suficiente ousadia sempre no sentido da visibilidade”.***

(Oscar Gatica, Conselheiro Nacional/LESTE I e da equipe de avaliação)

SÍNTESE SOBRE O TEMA

Inicialmente, uma digressão quanto a visibilidade da “causa” dos Direitos Humanos. Para ser eficaz, a causa, a luta, tem que ser visível mas nem tudo a envolve é visível, ou seja tudo aquilo que se acumula como as articulações, trocas, capacitação, o trabalho institucional, o que há por trás, os gastos burocráticos, as atividades-meio, estas em geral não aparecem. Se de um lado, é compreensível que as agências de ajuda preferiram apoiar diretamente os grupos locais, as lutas concretas, é também essencial compreender que o embate, a proposta que procura atacar as bases estruturais da desigualdade e da violência, se realiza com consequência através de ações politicamente articuladas por este espectro, este universo que se agrega em torno do MNDH. Claro que não só dele, mas ele como referência e de fato a única articulação que se propõe, pelo desejo de mais de duas centenas de entidades dispersas pelo País, formular e contracenar propostas e práticas no vasto campo dos direitos humanos. O que demanda mais tempo neste processo, que é articulação, a reunião que ninguém nota, a visita silenciosa ao grupo iniciante, os levantamentos de dados, o estudos de casos, a preparação de dossiês, todo um conjunto de iniciativas que servem de acúmulo, pouco aparecem, e no entanto, constituem em grande medida, o fluxo que dá vida ao movimento. É, claro, que por fim, se espera um resultado, uma mudança visível, uma conquista, uma melhora de qualidade de vida, que funcionem enfim como indicadores de que, como poetiza Fernando Pessoa, “tudo vale a pena se a alma (a causa) não é pequena”.

O movimento precisa compreender isto, que não pode deixar escapar de seu horizonte imediato, a busca de resultados, ter isto como um componente de sua política e que, como resultado, estará credenciada a dar novos passos acumulativos, em “vender” projetos, em aportar recursos para melhor profissionalizar-se, para promover reuniões seminários, cursos, campanhas, eventos, etc., para em seguida, entrar novamente em cena.

Ainda que muito incipiente, algumas iniciativas mostram os caminhos para avançar a visibilidade, ciente de que muito dela virá como decorrência de correção de outros fatores, como redescobrir o papel político-institucional da sede em Brasília. Foram mencionados alguns exemplos: a participação em alguns fóruns internacionais – Viena, Alemanha, OEA, reunião com a ANISTIA Internacional, realização de seminários e campanhas, o Prêmio Universidade Federal do Espírito Santo de Direitos Humanos ao MNDH, especialmente pela Campanha Contra a Impunidade.

Está claro que o tema, a discussão, não pode ser tratada de forma estanque, gratuita. Está na dependência muito de identidade, das mudanças da estrutura, dos recursos disponíveis. O fato é que, mesmo de forma subordinada, se terá de pensar em campanhas específicas de popularização do MNDH, as quais dependerão muito a postura dos regionais e centros locais.

- **A CONDIÇÃO DO PERTENCIMENTO AO MNDH**

“Quando é que esta entidade se sente parte do movimento. O trabalho que é realizado naquele momento, ela está se sentido parte do movimento ou está fazendo sem se lembrar o contexto da coisa. Isto, no meu ponto de vista, nós ainda não conseguimos e falo pelo CDH Antonio Genésio. A sociedade (Sociedade Maranhense de Direitos Humanos-

SMDH) não sabe o que as outras entidades por aqui realizam. E a pergunta que eu faço a mim: nós somos ou não somos um regional? Nós não trabalhamos com um corpo”.

(Iriomar, do CDHAG de Caxias/MA e Secretário do Regional II)

UM REGIONAL À DERIVA

“Nós não temos dinheiro porque nós estamos fazendo um projeto para mandar à CESE, que é o projeto do Regional. Enquanto não chega as nossas atividades nós vamos nos tomar e onde a gente for, a gente leva o nome do movimento. Agora chega um determinado momento, também que é difícil você levar o nome do movimento de Direitos Humanos quando você não se sente parte deste movimento. Eu tenho esta sensação. A gente faz parte do movimento nacional por afinidade porque nós somos no nome, Direitos Humanos. Mas, dizer que nos últimos dois anos, se o movimento nacional teve alguma contribuição para o crescimento desta entidade, dar subsídios sobre discussão sobre Segurança Pública? Não. No campo da Criança e do Adolescente? Qual é outro campo? Gênero: se isto é uma questão de gênero, aqui não chegou nem notícia. Se for para Políticas Públicas, pior ainda, não se tem um papelzinho escrito pelo menos assim: o movimento está preocupando com o orçamento do Congresso... nada. Se for para discussão mais quente atual que é plano de Fernando Henrique – o Plano Nacional para a questão dos Direitos Humanos, não se sabe nem se participa.”

(Vera Tavares, coordenadora da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos - SPDDH/NORTE II)

Referindo-se a franca articulação do MNDH no Rio de Janeiro: *“eu atribuo isso primeiro, a uma falta de sentimento de presença e atribuo, em segundo, à pouca resposta que uma articulação nacional dá de retorno. É aquela coisa de “vai e vem”, por que de fato não tem esse retorno.”*

(Juninho, do CDH de Petrópolis e ex-Conselheiro Nacional)

“Se um grupo tem alguma coisa que recrie algo como foi o Serviço Intercâmbio (SIN), onde as pessoas se sintam respondidas a partir daqueles que estão institucionalmente representado o movimento. Que ele sinta participante, que tenha um sentido de pertença por causa disto, ele vai com mais facilidade entender o que ele pode esperar. Se ele se sente muito à margem, se estas decisões passam muito fora dele e que nada responde a ele, ele vai ficar mais fechado para entender estas posturas mais institucionais do movimento. Por outro lado, a base tem o direito de estar também, numa relação pedagógica, interferindo”.

(Márcia Miranda, do CDH de Petrópolis, ex-conselheira e ex-coordenadora do Serviço de Intercâmbio Nacional-SIN)

SÍNTESE SOBRE O TEMA

Esta percepção interessou particularmente os grupos nos encontros regionais. Como se fosse algo de sua particular atenção, de quererem explicitar que esta é uma das chaves que hoje desafiam o movimento, na verdade muito associado à questão da capacidade de atração que ele deve exercer sobre os militares e à comunicação interna. Esta imagem feita por Juninho do “vai e vem”, tem a ver com o que se discutiu nos grupos relativo ao sentido

de mão de dupla das correias de transmissão internas no MNDH. Os debates se conduziram muito para a importância da articulação como “chapéu”, de que um grupo em uma área remota estaria com o movimento à sua retaguarda, portanto menos vulnerável e mais encorajado a enfrentar situações de injustiça. E nessa medida, fosse como serviço, fosse como interlocução, se estabeleceria o sentimento de algo articulado, portanto, de pertencimento e seria quando o local e o nacional se fundiram – um corporativismo no bom sentido. Daí começam as queixas, despontando logo a falta de comunicação interna, de notícias, de trocas. Naturalmente, este sentimento poderia ser atenuado, se houvesse a visibilidade externa, neste caso se captaria a rede por outras “ondas”: o noticiário, o rádio, a TV. Como nenhuma, nem outra reconhecidamente existem, ou se sentem isolados, ou alheios, salvo pela intermitência dos encontros regionais – que é um espaço que pode estar, conforme o caso, funcionando razoavelmente a aí, ao menos, pode ocorrer a articulação, mas dificilmente enquanto estrutura nacional.

Ainda neste linha de falta “azeitamento” interno, o quadro atual contribui para restringir os grupo locais à uma visão paroquial. Daí porque os temas mais abrangentes ou da química interna do movimento, tornem-se questões estranhas aos grupos, e que em muitos casos dificultam sua efetiva participação no processo avaliativo. Pareceu evidente que este distanciamento também tem a ver com o desempenho dos regionais – no que tange à sua própria responsabilidade -, e dos conselheiros.

• **COMUNICAÇÃO: ENTUPIMENTO GENERALIZADO**

“Tinham reflexões muito importantes naquele jornal da AGEN, subsídios muito bons, mas as pessoas não se viam retratadas quando faziam suas denúncias. Na época do SIN, nós fizemos uma avaliação. Nós mandamos carta para várias pessoas que conheciam o Serviço de Intercâmbio. As avaliações do Bentinho, do Pedro Ribeiro de Oliveira... de uma série de pessoas, era o seguinte: é que embora elementar, aquilo não podia morrer porque era uma iniciativa única. Tanto é, que hoje tem algumas outras instituições que em determinada situação reproduzem aquele mote, mandam carta pra todo mundo, dentro de uma idéia de rede. O Bentinho falava que a grande riqueza era essa: que é a possibilidade de se reforçar, animar e dar ênfase a esse lado da pessoa saber que realmente está ligada à uma rede.”
(Márcia Miranda)

“Em Petrópolis tinha o SIN, em Brasília, ficou a AGEN. Depois se diluiu tudo e não ficou nada. O que se recebe é alguma comunicação, algum fax, só. Antes tinha Secretaria de Comunicação, depois ficou sem pai e sem mãe esta questão da comunicação”

(Roque Grazziotin)

SÍNTESE SOBRE O TEMA

Como se mantem um organismo vivo senão corre sangue pelas veias? Esta nos pareceu a frase-síntese da situação. Bem que lembrou outra linguagem dos bons tempos da Secretaria de Comunicação, que no 7º Encontro do movimento comparava a democratização da informação como o “sangue da cidadania”. Se é assim, podemos melancolicamente concluir, que pelo menos neste aspecto os militares de DH, estão mais afastados do status de cidadãos. Por outras vias acompanhamos com amargura a inviabilização financeira da

AGEN, a ousada Agência Ecumênica de Notícias, talvez ousada para o seu tempo, amargando o fim comum de tantas iniciativas da imprensa alternativa. Independente dos “vôos” daquele projeto, que estimamos um dia retorne, o fato que o MNDH parece ter se despreocupado com esta área. Sequer há registros ou balanço no 8º Encontro ao menos enquanto coletivo, não tratou de buscar alternativas de um vôo próprio, pequeno que fosse, mas vivo, hoje muito facilitado pelos avanços e barateamento da informatização. Um exemplo o FAX-DH da Câmara de Deputados. Recursos para um projeto próprio terão de ser pensados em consonância com a valorização que o movimento dará daqui por diante com a questão e que deverá nesta medida estar contemplada no corpo da concepção geral do formato que MNDH terá a partir do 9º Encontro.

- **ACERCA DA IDENTIDADE**

- **A ASSESSORIA OU MOVIMENTO – UMA FALSA QUESTÃO**

“O movimento de DH fazia um papel supletivo, ele fazia um papel dele ter sua especificidade, que tinha um aspecto supletivo de ajudar os movimentos populares e que no momento que eles tivessem organizados, ele ficaria como assessoria mesmo, não como aquele que caminha na frente, mas ao lado dando força”

(Márcia Miranda)

O velho debate assessoria ou movimento estava no roteiro, e foi tratado, sem maior aprofundamento ou interesse, como sinal de uma discussão já um tanto aborrecida e superada, prevalecendo a observação embutida na própria questão, de que atualmente trata-se de uma falsa questão, dado a amadurecimento do movimento social e a percepção do papel ambivalente que os CDDH desempenham.

- **SER INTERLOCUTOR E/OU SERVIÇO E/OU REDE?**

“O movimento não tem personalidades fortes ou carismáticas. O movimento deve ter a mesma expressão de uma Anistia Internacional ou uma Americas Watch”

(Pe. Flávio Lazzarin/CPT MA)

O ponto de vista de Pe. Flávio é claro: colocar a cara na tela. Isto vai exigir. Primeiramente a opção política dos rumos a tomar. É menos o estilo ou as convicções pessoais – é um estratégia de intervenção. Pedro Wilson filosofa, se esta característica do movimento diverso e sem propósitos de interlocução é sinal de fraqueza ou grandeza e admite a aparente esquizofrenia que a direção sofre entre estar presente e a baixa repercussão, por falta de publicidade. Questionamos senão está latente uma coisa herdada da Igreja, um “silêncio obsequioso” auto imposto. “Transformar isto em imagem nacional é uma dificuldade que nós herdamos desde Taboão da Serra”.

O ciclo do movimento que se caracterizou pela hegemonia de Petrópolis, até o 5º Encontro de Goiânia, visto pelos seus maiores expoentes Leonardo Boff e Márcia Miranda, é ainda hoje, muito claro quanto a opção em ser uma **rede**, isto é algo ainda mais espontâneo (espontaneísta dirá Domingos Mariano, do CDH Santos Dias/SP que ser **serviço**).

rede: o dicionário do Aurélio, não traz o sentido figurado, apenas uma malha, não dá o sentido, por exemplo de Internet e é muito próximo de articulação/articular = unir por cadeias, ligar, ligar-se por cadeias.

serviço: tem o sentido auxiliar, prestar serviço ser útil, abastecer. É menos espontâneo, porque procura prover, portanto, terá de infraestruturar-se. Entre estes dois conceitos Márcia Miranda esboça uma auto-crítica histórica: *“Hoje tenho claro que na minha cabeça e na de muitas pessoas, que o que a gente queria era uma rede. Hoje eu sei porque rede é um termo e o próprio desenvolvimento e o andar do MDH e outros movimentos populares e da própria sociedade mostra como é importante esta imagem de rede para uma articulação, sem muita institucionalização. E este foi o maior pomo da discórdia dentro do movimento”*. Então pondera: *“O nosso grande erro foi ter posto **ou** em vez de e. **Ou rede, ou serviço ou Brasília.** Nós não devíamos ter feito **ou**, com a visão antiquada do paradigma da física e outras coisas tantas que hoje está tão questionada. Não é **ou**. É e. É o **holístico**. É isto mais isto, mais isto. Este é o grande desafio”*.

interlocução: ser interlocutor, é ser porta-voz, é ter representação (ou delegação?). Este conceito, sugere maior institucionalização, maior hierarquização. Sugere, não necessariamente. Em função de todo o esforço conceitual e de propostas de intervenção, contrapõe-se, justapõe-se ou interpõe-se, conforme as aproximações, quatro importantes visões demarcadas, cada qual com uma coerência própria enquanto projeções de mundo a ser transformado, sem desconhecer que o movimento é depositário de uma diversidade de grupos que se diferenciam, como observa Fátima Nascimento, da CESE, na forma de se organizar e no conteúdo de seus projetos. Em torno dessas, evidentemente há tantas outras variações que se poderia exercitar.

VISÃO 1	VISÃO 2
<p data-bbox="336 1272 663 1301">SER OU NÃO “PIRAMIDAL”</p> <p data-bbox="220 1339 783 1809">Havia um grupo dentro do movimento que tinha esta intuição quando falava: nós queremos um movimento para serviço. Não que a gente não quisesse ter como interlocutor o Estado ou qualquer outra instituição. Mas nós não queremos reproduzir um modelo institucional que era o modelo de tudo aquilo que estava organizado na sociedade, inclusive dos movimentos populares, CUT, partidos. O risco é o movimento querer reproduzir uma representação tradicional de quem, mesmo sendo uma estrutura formal, tem uma luta específica, a exemplo do MST, o que não ocorre com o movimento Direitos Humanos. MDH tem um leque muito grande de objetivos, as vezes as lutas que estão lá na frente na instituição não são aquelas que estão no dia-a-dia nos grupos.</p> <p data-bbox="571 1809 783 1839" style="text-align: right;">(Márcia Miranda)</p>	<p data-bbox="855 1272 1310 1330">PROFISSIONALISMO, VISIBILIDADE E BRASÍLIA</p> <p data-bbox="804 1361 1366 1749">“Este espontaneísmo é que tem de acabar. Vou dar um exemplo de profissionalismo. Se esse movimento fosse profissional, a Secretaria Nacional do movimento tinha um ou dois advogados que pegasse o caso do companheiro Gatica, ameaçado de morte, do companheiro Gonzaga, ameaçado de morte e do companheiro Osmar e peticionava estes três casos na Comissão Interamericanas da OEA. Isto é visibilidade, a Comissão Teotônio Vilela tem visibilidade externa, por que? Porque têm trabalho que lhe garante visibilidade externa! O movimento não têm. Como é que um movimento deste tamanho tem um advogado?”</p> <p data-bbox="1142 1749 1366 1778" style="text-align: right;">(Benedito Mariano)</p> <p data-bbox="804 1809 1366 1868">“Se não foi para intervir nas decisões políticas nacionais, para que fomos à Brasília?”</p> <p data-bbox="1190 1868 1366 1897" style="text-align: right;">(Osmar/Dermi)</p>

VISÃO 3	VISÃO 4
<p data-bbox="231 347 766 376">EIXO: A VIOLÊNCIA. ESTRUTURA: SERVIÇO</p> <p data-bbox="215 409 782 761">O nosso tema é a violência generalizada. Eu fico com medo de ir para o específico, porque eu temo que nós venhamos vestir uma camisa de força nos locais. Por isso fico tranquilo quando ligo que não adianta que os programas nacionais sejam reproduzidos a nível regional e local, não tem jeito, não tem estrutura, não tem dinheiro. A estrutura nacional é uma estrutura de serviço, não uma estrutura de coordenação – este é o conceito do movimento: é de estrutura, de serviço, de formação, é de ajudar os centros locais e por mecanismos regionais. Eu sou tentado a diminuir os programas.</p> <p data-bbox="606 766 778 795" style="text-align: right;">(Pedro Wilson)</p>	<p data-bbox="869 347 1300 403" style="text-align: center;">INSTITUCIONALIZAR-SE PARA SER INTERLOCUTOR</p> <p data-bbox="805 436 1372 1086">Em termos de viabilidade, ou se opta que é uma articulação apenas, mantendo os encontros, apoios espontâneos e abre-se mão de uma sede e coordenação nacionais. Uma articulação mesmo. Esta é uma saída. A outra saída: se assumir com toda a institucionalidade e as conseqüências que daí decorrem. Quais? A de formalizar um regimento, em estatuto com filiação, com formalização jurídica e efetiva articulação orgânica. Se institucionaliza mesmo como entidade. Não tem mais sentido hoje ser apenas articulação, senão perde a oportunidade de intervir a nível institucional, hoje tão importante. Acho que devemos ser mais ousados. Temos cacife, temos gente qualificada. Então não se faz uma denuncia ao Ministério da Justiça sem levar a imprensa, trabalhando a mídia, projetando-se como referência para a sociedade, criando fatos políticos. Estar efetivamente organizado. Teria uma especificidade maior, e ainda poderíamos manter a articulação em volta, mais informal. Ficamos com menos gente, talvez caindo de 300 para 100, mais atuantes.</p> <p data-bbox="1181 1090 1364 1120" style="text-align: right;">(Augustino Veit)</p>

Em seu depoimento, Márcia desenvolve a apologia da rede como a via não tradicional, em oposição às formas de organização inclusive no meio popular, em busca do que o Boff conceituou de **concidadania** – a realização plena do homem, em equilíbrio com a natureza, como sua parte constitutiva, superando a visão antropocêntrica, que seria o atendimento convencional das condições básicas de sobrevivência. O CDH de Petrópolis continua um referencial na região, mas ousando outras experiências. Contudo, o avanço das possibilidades no campo institucional, tem levado o grupo Petrópolis a valorizar esta frente de trabalho, particularmente com experiência acumulada em cima dos conselhos municipais. Consideram que a questão da luta contra a violência permanece com o grande eixo para o movimento e dispensando a adoção dos programas, considerando uma intromissão indevida, sempre coerente com a idéia de rede, lembrando que o para o MNDH manter e aprofundar sua carisma, deve superar, ir além do combate à violência: “só isto é muito pouco para uma mística. Tem que ter um sonho. Antes de ser contra, der a favor de algo. Ser a favor é ser capaz de contrapor-se, de recriar. Uma relação fraterna, solidária, de rede e serviço”.

Fátima Nascimento, originária do MNDH e responsável pelo sub-programa de Direitos Humanos da CESE, vem acompanhamento de perto as transformações do movimento na sua permanente busca de identidade. Ela lembra que “em 86, se tentou dar uma organicidade de uma coisa muito diversa e pouco se conseguiu avançar deste então: “desde 86 vem se tentando organizar o que talvez não tenha condições de se organizar mais que uma articulação mesmo, um espaço de troca, de compartilhar até de construções conjuntas,

mas parceladamente. Quem trabalha com violência, aí tem o Banco de Dados, nem todos trabalham com violência”, lamentando que em determinados momentos, no processo de escolha dos quadros dirigentes, muitas vezes prevalece o da disponibilidade.

○ **A QUESTÃO DA ESPECIFICIDADE/ESPECIALIDADE DO MOVIMENTO**

Com este sub-tema, quer-se realçar uma das molas-mestras que impulsiona, enquanto concepção, um grande contingente de pessoas e grupos que se articulam no MNDH, a tese do programa-eixo, que já vinha de encontros anteriores, vigente até o 8º, quando o movimento passou por importantes modificações em sua estrutura. Mesmo sem perder a referência, o programa, agora rebatizado de Justiça e Violência, perdeu a exclusividade. As repercussões dos novos programas será objeto de comentário mais na frente. Vejamos algumas falas:

“O tema é a luta pela vida contra a violência. Tudo é a luta pela vida: a luta pela terra, a questão do menor abandonado, da mulher. Mas o que dá a cara do movimento? Qual o específico que torna possível construir a identidade do movimento? Por isto se torna tímido. É preciso repensar estas linhas de ação escolhidas em Salvador e afunilar, dar um recorte mais preciso”.

(Carlinhos, LESTE II)

“Já no encontro de 90, um conferencista alertava, que o Movimento, sem perder a diversidade deveria eleger uma temática que fosse a sua referência e assim ser mais fácil alcançar esta chamada visibilidade. Se escolhesse uma temática com prioridade, então nós seríamos um interlocutor para a sociedade, com experiência acumulada em torno daquela temática. O grande desafio é ser referencial em uma temática prioritária, como a de Justiça e Segurança, sem deixar de tratar as demais temáticas.”

O MNDH não pode ter a pretensão de ocupar os espaços de outros movimentos organizados. E eu falo isso como mulher, me sinto muito lisonjeada, mas não acho que o MDH tem que lutar por mim, tem que dar apoio, isso sim, aos movimentos de mulheres. Não tem que ter programas porque ela está, sem querer, invadindo a seara dos outros. Este é o grande problema do MNDH, ele não encontrou ainda seu fio condutor.

(Márcia Miranda)

“Fico com medo de atuarmos em campos tão vastos que acabamos atuando só genericamente. Mas há riqueza da diversidade, por exemplo nos últimos dois encontros nacionais o surgimento de inúmeros centros de defesa da criança e do adolescente que veio para nós.”

(Pedro Wilson)

“É necessário reforçar o papel político do Conselho Nacional; há uma confusão entre o papel do conselheiro e do secretário. A tentativa do Encontro de Salvador foi colocar ordem nisso. Houve uma tentativa. Agora já está se falando muito em voltar para um só problema, pra gente centrar na questão da violência, mas o clamor das bases era outro. Era exatamente para gente expandir, tratar de outras coisas. Neste sentido, o Encontro de Salvador foi um avanço. Acho que não podemos recuar, porque a partir deste avanço,

outros grupos e centros passaram a nos ver como interlocutores. O movimento negro pela primeira vez em S. Paulo nos convida para uma atividade conjunta em torno de Zumbi dos Palmares. Nós não somos Movimento Nacional Contra a Violência. Somos Movimento Nacional Direitos Humanos. Temos que ter esse leque aberto, facilitar a filiação de gente, essa militância que se dedica aos Direitos Humanos e não necessariamente na área de Justiça e Segurança senão não vai dar para acolher esse pessoal, que nos procura e está querendo nos ver como referência”. (Fermino)

para pensar:

**não somos Movimento Nacional Contra a Violência somos
Movimento Nacional de Direitos Humanos!**

FERMINO FECHIO Fo

A observação de Fermino, dá o que pensar. É razoável, é generoso, é amplo. Mas, será eficaz? Comparando a fala dele com a de Márcia Miranda, percebe-se que a cultura interna do movimento, marcada pela diversidade e pela autonomia, nos leva a refletir que:

1) Seria mesmo pretensioso traçar políticas a partir de Programas Nacionais, nem tanto porque não correspondam em alguma medida, as demandas locais de qualquer regional. Mas tal diversidade e estágios de articulação dos grupos iriam requerer estruturas específicas, que o movimento tem demonstrado não ter ainda acumulado, isto sem falar nos recursos, que terão de ser planejados e garantidos.

2) Será necessário ampliar a compreensão de como, a partir de um programa-eixo, tal como formulado pelo movimento, é possível identificar de que forma a questão da violência se expressa nas diferentes linhas de trabalho eleitas pelos grupos. O movimento precisa qualificar seus serviços pelo que lhe é mais específico, naquilo em que é mais reconhecido, competente e insubstituível, de sorte a ser cada vez mais referência e interlocutor, mesmo que implique em alguma perda de entidades que, por não se sentirem devidamente contempladas, dele se afaste.

Ainda que mais enxuto, será mais visível e respeitado e de fato estará contribuindo para os avanços e afirmação dos DH no país (superando um pouco sua dicotomia de que a multiplicidade de perfis dos filiados seja ao mesmo tempo sua riqueza e fragilidade, com menor unicidade de ação por falta de um efetivo eixo naquilo que pode ser uma maior contribuição.

Interessante ainda comentar, a propósito da observação de Fermino, o que tem levado as entidades a aproximarem-se do movimento. Certamente não são os mesmos em todo lugar. Mas é provável que na medida dos casos, haja um nexos, motivo emergencial e desencadeador para esta aproximação: as múltiplas formas em que assume a violência. Exemplo: porque houve aproximação entre Movimento Estadual de Moradia ou o MST com o MNDH no Espírito Santo? Não foram os programas, mas a violência durante as ocupações. É bom salientar que o surgimento dos programas veio, originalmente como conseqüências e não causa do ingresso ao MNDH. Naturalmente, a exigência dos novos programas também acabam ampliando a identidade destes diferentes grupos com o movimento. Estes e outros programas que possam surgir como resposta as demandas dos

novos filiados, em todo caso deveriam estar subordinados à razão principal que motivou a aproximação e, evidentemente conforme “as pernas” que o movimento tenha para desenvolvê-lo.

○ A FUNÇÃO DE BRASÍLIA E A “CARA” POLÍTICA DO MOVIMENTO

GOIÂNIA FOI UM AVANÇO

“Goiânia foi um ponto demarcador não pelo conflito, mais pelo avanço, porque foi um passo organizativo do movimento. Um avanço político porque se criou uma sede nacional no foco do poder. E se criou um avanço executivo porque se liberou uma pessoa para fazer este papel político em Brasília. Olinda foi o ponto de concentração de convergência (a ênfase) de coisas comuns, expressa na Carta de Princípio.”

(Marisa Formolo)

OS EQUÍVOCOS DA EXPERIÊNCIA DE BRASÍLIA

“Ao se transferir para Brasília com todo aquele discurso de intervenção do movimento a nível nacional, afinal de contas lá é onde está o poder nacional, onde está a imprensa, se transferiu para lá também toda uma parte administrativa e de articulação interna do movimento, estão se tentou articular num mesmo espaço físico com uma mesma pessoa, representação política a nível nacional e articulação política interna e organizativa interna. Acho que outra instituição fazendo o papel de suporte, tivesse outro resultado.”

(Fátima Nascimento, CESE)

O QUE SE ESPERAVA DO DESEMPENHO POLÍTICO DO MNDH EM BRASÍLIA

“Nem Valéria, nem ninguém poderia fazer o que se esperava de uma representação em Brasília. Uma pessoa que pudesse representar politicamente o movimento, fazer este trabalho administrativo, e ainda ter peso de representação como exige um centro de poder como é Brasília. Deveria indicar alguém especificamente para a articulação política que pudesse intervir em função do eixo principal do movimento. Qual é esse eixo? Não é a luta pela vida contra a violência? Em cada um desses movimentos tinha sempre este aspecto da violência. A CONTAG em Brasília tem toda a inserção da violência no campo. A OAB, a possibilidade de trabalhar uma comissão contra a violência dentro da OAB. E assim, os outros organismos presentes em Brasília com grande peso político de representação”.

(Eliana Rolemberg/CESE)

para pensar:

a opção por uma sede nacional em Brasília
**“se não foi para intervir nas decisões políticas nacionais
para que fomos a Brasília?”**

DERMI/OSCAR

SÍNTESE SOBRE O TEMA

Com os equívocos e inexperiências detectadas, renova-se a pergunta: por que estamos em Brasília e qual a contemporaneidade do MNDH? A diversidade na composição do

movimento – base social indefinida, prioridades locais e formas diferenciadas de trabalhar e intervir no movimento social, é também um complicador à avaliação. De como identificar enquanto indicador, qual foi a contribuição do MNDH na conquista de direitos e no aprofundamento da democracia, saber a presença e densidade, e o sentimento de pertença, como se diz, de sorte, que fique gravado, reconhecido na sociedade que ali também está uma expressão do MNDH. Se quer só serviço, então há que se desfazer de uma estrutura em que parecia apontar para uma outra vocação, de **articuladora** sim, mas também de **interlocutora** – daí Brasília, daí a pretensão de programas nacionais – algo mais ativo. Mas se constata que o movimento já conseguiu a popularização do tema, se cada vez mais se multiplicam expressões fora e dentro da sociedade civil, de organizações que trabalham com ênfase neste questão, se migram quadros para outros grupos, talvez se tenha que reavaliar o *timing* do movimento. O que lhe é específico? Qual o eixo que torna o MNDH referencial e que a sociedade confere como um papel que apenas ele ocupa? Talvez se tenha que admitir, pelos menos com o atual formato, que se esgotou seu “teto histórico”? É preciso ter coragem para reconhecer e saber acabar ou reformular no tempo certo. Assim como o planejamento é vital para a construção de uma proposta e o movimento também tem se penitenciado desta incapacidade, também saber parar numa direção é sinal de responsabilidade não só com as esperanças de tantos que com ele se alinham, como com os recursos que são alocados. Não deveria se esperar definhando, perder substância por inanição, para interromper um processo, se este se entropiza, isto é, perde seguidamente energia.

• COMO VÃO OS PROGRAMAS?

A discussão permeou bem entre os encontros regionais. O roteiro insistia neste tecla. As mudanças ocorridas na estrutura do movimento, a partir do 8º Encontro foram amplamente discutidas, ficando a constatação que por razões diversas não foram no geral implementados. Aí, a depender dos alimentos e posições assumidas à época, houve tentativas de implementação por parte de alguns regionais ou alguns estados, com diferenças internas, enquanto outros, que nunca se convenceram da proposta majoritária simplesmente mantiveram suas atividades. A falta de recursos aparece, mas quase sempre subordinada, à chamada “vontade política”, esta sim, determinante, evidenciando assim, que **o zelo pela autonomia é mais forte do que as políticas decididas em fórum circunstancial (os encontros), de certa forma vitimando os mecanismos decisórios.** Ficou no geral aceito que algo terá de ser mudado na estrutura dos programas, especialmente, a dicotomia entre secretários de programas (executores) e os conselheiros responsáveis – os coordenadores (representação política, nem sempre com a qualificação desejável), ficando a sensação jocosa de dispersão de responsabilidades, na base de “muito cacique pra pouco índio”. Alguns depoimentos e seus olhares oblíquos:

“Uma coisa que daria muita velocidade para o movimento, era se os programas fossem implantados nos regionais. A pesquisa de 91 já demonstrava que boa parte dos regionais, em alguns por sua imensa maioria, não estão organizados por programas, isto bem antes de Salvador!”
(**Fermino**)

“Com os novos programas, o movimento tentou através da Assembléia Nacional enfeixar e dar mais consistência à sua ação. Um teto orçamentário para implementar isso a gente até que elaborou. Mas operacionalização disso, de conseguir recursos e provimentos para

que isto acontecesse não se realizou, principalmente numa área como a nossa. Eu acredito que em 96 no Encontro Nacional se deveriam confirmar estas prioridades que continuam atualíssimas, principalmente no Programa de Justiça e Segurança Pública, onde deveríamos dar dados e certamente nós teremos melhores condições de ficar visíveis porque é uma atribuição típica da área de Direitos Humanos. Não que se deseje colocar uma camisa de força aos grupos locais, mas entender que o MNDH pode sugerir uma linha por um determinado período em que o centro possa dar mais ênfase para aquele trabalho.”

(Marcelo Frank/Regional LESTE II)

“A questão da formação tinha que ter continuidade porque ninguém acredita que se mude a sério em dois anos, 4 anos. E o tempo que se trabalha as prioridades a formação, violência e cidadania foi pouco para ser julgado que não tinha mais sentido. E nesse sentido nós temos que revisar as decisões de 94 serviam para que, já nosso regional, pouco mudou. A maioria dos centros do Regional SUL II continuou com a sua estrutura. Isto significou que a decisão de 94 não tinha chão na nossa região”.

(Marisa Formolo)

“Sobre os novos programas, a intenção foi boa, para que cada um tivesse uma função na nova estrutura. A intenção foi boa, só que não a sua viabilidade. Pelas características de nosso país, é fundamental um secretariado forte presente. Poder que foi transferido aos conselheiros. Aparentemente é ideal. Agora a viabilidade disso, só se tivesse uma infinidade de recursos e um país muito pequeno para que houvesse um processo de articulação de cada programa e isto é inviável. Então acabou esvaziando a Secretaria Nacional que se tornou executiva de um Programa de Organização, e sem autoridade de falar em nome do movimento. E como consequência tivemos poucas manifestações públicas do movimento do país não tinha autoridade para fazê-lo a não ser que tivesse lhe atribuído esta consequência”.

(Roque Grazziotin)

SÍNTESE SOBRE O TEMA

O que deu para perceber das diversas falas sobre os programas e as dificuldades em sua implementação, é que houve um mau trato nas discussões, que vem associando à disfunção do Conselho, ao não assumir sua responsabilidade de instância política capaz de processar e amadurecer as novas propostas que tinham num bojo de outras mudanças estruturais. Os conselheiros lembram hoje, sem muitas saudades, de como foi o clima no 8º Encontro. Os participantes distribuídos em grupos, oficinas, etc., enquanto as lideranças se fechavam em intermináveis negociações para um acordo de ultima hora. Estavam dadas as condições para um mau começo. O novo perfil a ser exigido dos conselheiros não foi exercitado pelos regionais e as titularidades foram distribuídas, encaixadas, sem qualquer critério, na base das disponibilidades, o mesmo ocorrendo com os secretários nacionais de programas. O importante Programa de Justiça e Segurança foi oferecido sem haver candidatos, até que o Padre Francisco Reardon, da Pastoral Carcerária de São Paulo aceitasse ser seu secretário nacional na base da boa vontade (hoje, o Pe. Chico lamenta seu gesto, achando que não houve seriedade quanto as reais possibilidades operacionais e financeiras para o desenvolvimento do programa).

Também não se pode desconhecer, que novamente ele – O PODER -, estava em jogo. Afinal, a nova proposta, vinda basicamente do Regional Sul I e, tal como foram conduzidas as discussões, esvaziavam o papel dos antigos programas. Se é verdade que não se faz omeletes sem quebrar ovos, é também verdadeiro que as mudanças, como diria Mao Tse Tung “a cerca das justas contradições no seio povo”, podem ser encaminhadas por métodos mais ou menos adequados. Prevaleceu o clima de ressentimento, acompanhadas de fortuitas compensações para alguns e o sumário afastamento de outros. Difícil agora vislumbrar se havia uma terceira via. Muitos admitem a criatividade e a oportunidade desses programas, lamentam o processo. O fato que a nova proposta empolgou, mesmo na emoção, a maioria. E os seus principais mentores alegam que prepararam subsídios fundamentando as alterações. Restaria indagar com que extensão este material circulou pelos regionais.

Em síntese, a dificuldade de implementação dos programas está associada a: inabilidade no trato de divergências, conservadorismo, falta de recursos, dificuldade intrínseca pela diversidade e estágio dos diversos regionais (acúmulo). Neste sentido, quanto a vigência dos programas, cabe a recomendação que aparece em muitos depoimentos: **o movimento deve caminhar conforme alcança suas pernas.**

- **DISCUSSÕES EM TORNO DA ESTRUTURA E OS MECANISMOS DE DECISÃO**

- **SOBRE A DEMOCRACIA INTERNA**

“Você faz todo um trabalho, colocando em xeque a questão da hegemonia de posições que se tomam em assembléias, em congressos, onde a parte que ganha encaminha e a que perde continua com sua posição minoritária. Isto que levou quase à paralisia da CUT e está levando à uma crise de direção dentro do PT, e outros partidos, apareceu no relatório preliminar. Falei de outros casos para dizer que não é uma questão só do movimento. Tem a ver com cultura política das organizações sociais do Brasil. Teríamos que fazer uma reflexão sobre isto. A esquizofrenia da democracia interna. Que democracia é esta ou se é também este caldo autoritário. Em função disto, a CUT agora tornou-se mais presidencialista. Ainda mais aqui, dentro do MNDH”.

(Pedro Wilson)

“A gente fala dos regionais, mas o problema não está ali nos regionais, a gente fala na excessiva autonomia dos regionais, eu não acho que eles tenham excessiva autonomia. Há uma má definição no núcleo central, no núcleo dirigente do movimento, que não se especifica, não se criou, não tem esse amálgama, essa tradição. O regional, assim, não se sente obrigado a cumprir as coisas aqui de cima, mas o aqui de cima não diz nada. A direção nacional que eu visualizaria no Conselho, não faz isso, não diz para que ele veio. É uma péssima correia transmissora para baixo...”

(Fermino Fecchio)

para pensar:

relação base-direção no MNDH:
autonomia demais ou direção de menos?

“Outra coisa, sobre nosso funcionamento: nós nunca levamos pré-propostas para os encontros nacionais. Talvez tenha sido um erro estratégico. Levar uma proposta a ser corrigida alterada, mas é um eixo. Isto é direção, capacidade não de impor, mas de apresentar uma proposta e ela ser assimilada. Isto nem o conselho, nem a coordenação tem sido. Pela natureza do movimento, por receio, por incompetência, sei lá o que que é... O planejamento é o final, tinha que haver um ato inicial. Por exemplo: seria diferente o encontro de Salvador, se antes tivéssemos apresentado as propostas. O que aconteceu foi um tumulto grande no encontro. Lá na plenária tudo mundo debatendo dentro e nós, fora, discutindo outra coisa. Acho que tanto a posição vitoriosa com a outra tiveram razões, tanto que estão presentes hoje dentro do movimento e que nós, podemos mudar. Mas nós não podemos esperar o encontro e mudar no encontro. Se nós chegarmos lá com todas as dúvidas, sem propor nada, vai criar mal estar, vai ter gente dizendo que não sabe de nada”.

(Pedro Wilson)

Para este primeiro bloco de depoimentos indignados com a questão mais geral de direção, fica evidenciado um fosso existente entre o que é proposto e o descompromisso com a democracia interna, por falta de mecanismos de controle e mesmo de crença numa direção política do movimento capaz de colocar em prática o que foi deliberado.

o **SOBRE O CONSELHO E A COORDENAÇÃO:**

“Poderíamos ser mais componentes mais expressivos. Mais eficazes, se tivéssemos maior capacidade organizativa, articuladora... Estamos amarrando a um Conselho pesado. Que tem representatividade, liderança, tem, mas não tem agilidade para circular”

(Pedro Wilson)

O que motivou a mudanças quanto o papel do Conselho: *“havia uma sensação de inutilidade do Conselho. Os conselheiros se sentiam inúteis. Como instância formal máxima do movimento não encontravam meios de explicar sua representação. Era preciso atribuir tarefas, dar-lhe razão de ser. Isto era algo muito sentido naquela assembléia (o 8º Encontro). Foi quando pensou-se em criar uma espécie de “Câmaras Setoriais”, que atendia o desejo da assembléia em dar maior operacionalidade ao movimento. O grande equívoco foi querer conferir ao conselho, que se reúne no máximo duas vezes ao ano, capacidade executiva. A idéia em si é interessante, inteligente. Faltou preparo nos regionais”*

(Eduardo Loureiro, conselheiro NE)

Este dilema de possibilitar uma função à altura da responsabilidade política do Conselho vem de longe, de outras assembléias e reuniões. No 7º Encontro, onde se desenvolveu um copioso relatório avaliativo e propositivo, por ocasião dos 10 anos do MNDH, e sob o calor das informações recentes organizadas pela Secretaria Nacional de Formação, já se observava: *“As referências aos aspectos organizativos do Movimento incluíram propostas de reformulação de estrutura do MNDH (definição mais clara do papel do Conselho Nacional, Secretaria Executiva, Conselhos e Secretarias Regionais, etc”* (Pg. 14)

“É necessário reforçar o papel político do Conselho, aprofundando a reflexão sobre o papel do Conselho dentro e fora dos Regionais” (Grupo 1, Pg. 29);

“O Conselho é excessivamente formal. Não cumpre seu papel político. Além disso, o Conselho tem que ser efetivamente representativo dos Regionais” (Grupo 4 e 5, Pg. 29).

A pergunta que fica no ar é saber, com a nova estrutura e o andamento dos programas, se foi superado o sentimento de inutilidade do Conselho. A sensação que fica, inclusive com a assentimento em diferentes entonações dos próprios conselheiros, é a permanência deste sentimento de pouca funcionalidade do Conselho, tal como vem funcionando hoje.

Muito do que se tem constatado em relação ao Conselho, também vale para sua Coordenação, entre outros motivos, por não ter propiciado como se propunha, em funcionar como uma interface entre os programas. Isto praticamente não aconteceu porque a Coordenação pouco se reuniu com esta finalidade, senão às vésperas da reuniões do Conselho para Conselho para discutir aspectos operacionais dele.

Quanto às recomendações e definições/“propostas de luta”, constatou-se pouca consequência de eficácia nas ações definidas a nível nacional. As bandeiras e consignas aparecem repetidamente nas propostas, mas sem consequência, revelando certo descompromisso na sua efetivação.

Em tom de quase desabafo, assim se expressou um conselheiro, na reunião de avaliação, em dezembro último: *“Talvez este encontro nacional seja um momento de reflexão, talvez tenha gente querendo mudar coisas, mas pra gente forçar mecanismos de decisão. Se a gente simplesmente, bota isso, tira aquilo, sem mudar a mecânica interna, o azeiteamento interno do movimento, fica difícil. Eu já ouvi conselheiro dizer, tomara que o meu regional não aprove, porque eu não concordo com isso. Nós estamos brincando de tomar decisão! Este é um encontro para gente depurar estas coisas e estudar os mecanismos de tomada de decisão.”*

para pensar:

(tirado da avaliação do 8º Encontro – o que deveria ser evitado no próximo encontro?)

OS CONCHAVOS, O ANTROPOFAGISMO, A MANIPULAÇÃO DAS MESAS E DOS GRUPOS QUE DISPUTAM O PODER: O MNDH DEVE SER IMPLEMENTADO NA ÉTICA, NA SOLIDARIEDADE, NO RESPEITO À PESSOA HUMANA E NA CONSTRUÇÃO DE NOVAS RELAÇÕES. TEMOS QUE SER COERENTES COM AQUILO QUE PREGAMOS

○ **PAPEL DO CONSELHEIRO E RESPONSABILIDADE DOS CENTROS:**

“O descompromisso (com a articulação MNDH) é estrutural, de entidade para entidade. Ou seja, quando a Adriana vai num encontro nacional, qual o compromisso da entidade? Um compromisso de mandar a pessoa lá, foi lá chegou na reunião, às vezes nem isso, e dá o informe: o encontro nacional foi isso, isso. Ah, é? Foi bom? É, foi. E acabou. É um movimento de pessoas, não é de entidades...”

(Azuleicka, do CDH de Nova Iguaçu)

“Deveria haver um papel pedagógico interno do movimento. Assim como existe às vezes uma exigência um tanto quanto indevida, das bases pra quem está em Brasília, que qualquer problema local seja resolvido em Brasília. Por outro lado, será mais fácil os grupos locais entenderem, se estiverem se sentindo apoiados (serviços) em outras coisas. Por isto que eu acho que deveria ter os dois lados. E este é o desafio”.

(Márcia Miranda)

A propósito da co-responsabilidade dos centros e dos regionais para o bom funcionamento das instâncias de decisão, vale um comentário sobre militância e a atividade profissional: as mutações que se processaram no movimento social com a democratização, conseqüente ampliação dos espaços institucionais e as novas exigências de posturas mais propositivas, induziam a busca da profissionalização com repercussões no perfil do militante, de sorte que este é um dado que extrapola o universo do MNDH. Por outro lado o maior ou menor grau de enfrentamento e de testemunho com o tema de direitos humanos e com esta articulação concreta por parte de seus militantes, está intimamente associada à sua capacidade de sedução, de crença nesta articulação, como se diz em linguagem profética, a mística que o movimento possa encarnar. É a capacidade que tem de aglutinar, de articular, uma alternativa ágil, que as pessoas identifiquem e valorizem e portanto se tornem mais militantes. Não se milita naquilo em que não se acredita.

Segue os depoimentos eloqüentes por si mesmos

○ **ESTRUTURA/SECRETARIA**

*“Na nossa reconstituição da história dos 10 anos do movimento: a articulação ficou mais forte quando havia em Brasília uma **representação executiva** que tinha a liberdade política de fortalecer a luta. E não é o que está acontecendo neste últimos anos a nível nacional”.*

(Marisa Formolo)

“Eu acho que neste momento a Secretaria Nacional está sofrendo uma crise muito seria de falta de poder de levar em frente as coisas. Ela está muito cerceada pela estrutura que o conselho, que o movimento nacional estabeleceu para ela mesma. Quando ela surgiu, durante o tempo todo em que o Augustino esteve à frente e depois a Valéria trabalhou enquanto Secretaria Executiva, lhe permitia muito mais cumprir o papel do movimento.”

(Marisa Formolo)

“Nós já somos diversificados na natureza da origem dos centros nos problemas que cada centro trabalha. Se nós não encontramos um ponto de convergência forte, como é que nós vamos nos estabelecer como movimento. Estas coisas que foram estabelecidas. Em nós alterou em nada a questão.”

(Marisa Formolo)

ESVAZIAMENTO DO SECRETARIADO

“Há um descompasso entre o Conselho e o Secretariado. Talvez desnudando que tinha menos poder que aparentava, mas de fato tirou seu poder de voto, ficando limitado a função executiva, o que não era bem assim, já que todos eram militantes políticos. O

próprio secretariado esfacelou-se. Outra constatação é a incomunicação entre os programas, não há articulação aí. Uma vez tentou-se em reunião conjunta Conselho e Secretariado uma ação planejada minimamente entre os programas, mas nunca se levou efetivamente a sério. Também problemas dentro dos próprios programas. Ao lado dos problemas de falta de recursos, outros de caráter político. Se tentou algo entre os programas de Políticas Públicas e Justiça e Segurança, mas os próprios componentes do Programa de Políticas Públicas, desautorizaram a aproximação. Falta de planejamento sério. E a própria Coordenação do Conselho só começou a funcionar e a afirmar-se a partir do processo avaliativo CESE – MNDH”.

(Dermi Azevedo)

“Ao se julgar o desempenho da secretaria do Nacional, se incorre em certo simplismo de análise ao reduzir a eficácia a nível pessoal ou de um duplicidade de funções, com aconteceria com Pedro Wilson, desconhecendo as mudanças funcionais da secretaria, definidas em assembléia, responsável ela mesma pelo esvaziamento e fragmentação do que foi a Secretaria Nacional – uma incompreensão -, reforçando, em “bola de neve”, a idéia do “pra que serve uma estrutura nacional”. E na época do Augustino, por que funcionava? Então não deve ser questão de capacidade, mas de estrutura que hoje deixou esvaziada a função da secretaria. Aí rolam os rumores os zuns zuns, dependendo muito da confiança política para assumir A, B ou C.”

(Valéria Getúlio / Secretária Nacional do Programa de Organização)

“Acredito que a sede nacional precisa de mais gente, seja quem for – secretário, conselheiro -, para fazer aquilo que eu e Augustino fazíamos”

(Valéria Getúlio)

○ REDIMENSIONANDO A ESTRUTURA

“Queria ou não queria, do tamanho que é o Brasil, o fato de existir hoje uma coordenação nacional onde cada um mora num canto do País, até economicamente é invisível. Não tem como sustentar um tipo de estrutura assim. Porque o pessoal mesmo com boa vontade mas que está envolvido no dia-a-dia, como vai ter a possibilidade de se envolver com questões que emergem a cada momento, circunstancia e local? Então acaba diluindo a presença enquanto movimento, onde a Secretaria Nacional se tornou uma secretaria burocrática dependente das decisões que são tomadas.”

(Roque)

“Agora, nós temos de redimensionar a estrutura. Discutimos isso lá no regional: o tipo de Conselho que nós temos é só para constar. Nós não temos pernas, capacidade, disposição, tempo, recursos para poder atuar como deveríamos – como conselho articulador. Então a gente organiza programas que acabam não possibilitando viabilizar-se na prática. Neste tipo de Conselho que nós temos, poderíamos até suspender as reuniões de Conselho do jeito que nós temos e esses recursos investir num secretariado que fosse articulador ou que fosse presença do movimento nacional. Um reforço no secretariado. Faz um conselho mais simples, mais ágil, responsável, de modo inter-comunicativo entre os conselheiros, nem que seja através de fax... e mais a presença, a gente avançaria na visibilidade”.

(Roque)

“Quando a participação Coordenação/Secretário nos Programas: não há duplicidade, da forma como foi estruturado, porque, primeiro, quem define todo o eixo, a linha geral, é o conjunto do Conselho; segundo, o que compete à secretaria é a execução disto, no limite do que lhe é repassado” **(Valéria)**

SÍNTESE DO TEMA

Como este item diz respeito ao formato do MNDH, que por sua vez deve estar adequado aos seus princípios e propósitos de intervenção política, pelo que acumulou em termos de articulação, de expressão na sociedade e de atribuições que dele esperar no estágio de democracia vivida pelo País, temos a considerar:

1. Que a definição de uma sede em Brasília deve ser valorizada e amplificada;
2. Que se repense o papel de um Conselho Nacional e de um Coordenador ou Secretário Executivo Nacional de sorte a possibilitar efetiva direção política para movimento;
3. Que o movimento aprofunde em que medida poderá continuar desempenhando sua vocação articuladora com a interlocução nas diferentes instâncias de poder. A esse respeito, o que o movimento já pensou sobre as implicações do que seja representação ou delegação?
4. Que se o movimento quer que efetivamente um interlocutor dos Direitos Humanos no Brasil, aprofunde – sem desconsiderar a cultura interna do movimento -, que mecanismos decisórios seriam os mais compatíveis e eficazes de forma a facilitar ou garantir minimamente o cumprimento das deliberações aprovadas soberanamente nos Encontros Nacionais?
5. Que por fim reflita o movimento em como simplificar ou agilizar sua estrutura, para fazer frente aos principais desafios colocados, até conseguir credenciar-se via parcerias ou financiamentos externos, quando poderá implementar outros projetos. Nessa medida quais as atividades-meio serão minimamente indispensáveis para dar consequência e eficácia ao seu Plano de Trabalho a partir do 9º Encontro?

○ O MNDH E SUA RELAÇÃO COM O ESTADO

“A parceria com a sociedade civil (MNDH) é o canal que torna oficial as iniciativas da sociedade civil organizada. Ela tem tentáculos com a vida. Se relaciona diretamente com os fatos. A procuradoria incentiva cada vez mais esta participação.”

(Luciano Mariz Maia – Procurador Geral da República na Paraíba)

Dr. Humberto Espínola, do Ministério da Justiça, ao tempo em que identifica o MNDH como a mais destacada articulação na área de direitos humanos do país, constata na relação com Estado, que *“prevalece ainda a parte crítica. Se espera que a parte propositiva aumente. Falta-lhe visibilidade e atuação institucional em Brasília. O movimento também não ocupa lugar na mídia. O movimento nacional mais que nunca ocupar seu lugar com críticas construtivas e propostas. O Orçamento da União para 96 prevê recursos para a área dos DH, devendo o movimento creditar-se para captar sua parte”*.

(Humberto Espínola – Membro da Coordenação Geral da Articulação e Defesa dos Direitos Humanos-MJ)

A definição por Brasília expressou o sentimento majoritário no MNDH de que se vivia então a transição democrática no País e a urgência de atuar junto aos órgãos do Estado, ao lado de toda articulação com as entidades civis nacionais lá sediadas. O desafio mais frontal colocado ao movimento é estar suficientemente apto e articulado para participar ativamente do Plano Nacional de Direitos Humanos, desencadeado a partir do discurso presidencial de 7 de Setembro. Esta questão não fluiu tão tranquila entre alguns grupos e até aqui o movimento por sua direção, teve atuação episódica, sendo que segundo informações, no workshop de Recife, as entidades filiadas intervieram de forma mais articulada. Em sintonia com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, a pressão é para que a iniciativa governamental desemboque numa Conferência Nacional dos Direitos Humanos, o que provocaria uma verdadeira reviravolta, trazendo o debate para o centro da cena política brasileira. Paulo Sérgio Pinheiro, coordenador científico do Núcleo de Estudos da Violência – NEV/USP foi convidado para coordenar estas discussões, que aconteceram de forma concentrada em fins de 95. O MNDH foi especialmente convidado para participar. Uma das questões que a equipe de avaliação colocava com frequência para os entrevistados era saber que leitura faziam a cerca da postura contraditória do governo Fernando Henrique Cardoso, entre a adoção do projeto neo-liberal, fomentador de maior exclusão social e sua política de Direitos Humanos. Tivemos algumas respostas interessantes, úteis também para os que fazem o MNDH.

“Todo o estado é ambíguo e o movimento tem de perceber esta ambigüidade. O movimento precisa se conscientizar desta ambigüidade, da complexidade do que é o exercício do poder numa sociedade extremamente complexa como o Brasil. Se há esta disposição por parte de setores ponderáveis do governo, em relação a feitura de um plano que vai atar o governo a este plano, o movimento tem de colar nisso, porque este plano vai ser a expressão direta do que quer o MNDH. Este plano pode ser outra coisa do que quer o MNDH? Não! Porque este plano não vai funcionar nada se não houver o movimento da sociedade civil. Sem o movimento da sociedade ele não existe”.

(Paulo Sérgio Pinheiro)

Diante do acelerado processo de institucionalização de organismos voltados especificamente para os direitos humanos entre diversas instâncias e poderes², perguntamos ao coordenador do NEV: o que cabe ao MNDH e outras ONGs nessa conjuntura? O MNDH é capaz de nacionalmente continuar cumprindo seu papel? Ou, pelos avanços no campo institucional e em outros da sociedade civil, onde parte de seus objetivos já teriam sido atingidos, se a sua atuação agora se daria mais a nível regional, etc. Respondeu-nos ele:

² Ao lado da Comissão de DH na Câmara Federal (parece haver gestões também no Senado), podemos citar uma articulação nacional entre as comissões a nível das Assembléias Legislativas (estima-se que em mais de 50% dos legislativos estaduais já existam comissões de DH) e, mais recentemente, assiste-se a estruturação de conselhos estaduais, agregando-se ainda instâncias do Judiciário, Ministério Público e a reformulação a nível federal do que será o Conselho Nacional de Direitos Humanos.

“Eu acho impossível a pretensão do movimento nacional querer dar uma linha única para o Brasil. Eu acho que o movimento deve ter uma flexibilidade necessária para que os vários regionais possam perseguir políticas específicas, mas é essencial ter um MNDH. Já pensou o movimento só municipalizado, vai ser seu enfraquecimento. Tem que continuar com uma sigla nacional, com esta capacidade das várias sub-seções responderem. Esta articulação de São Paulo não deve ser xerocada para os outros estados, não vai dar, é uma história própria. O movimento deve continuar tendo uma expressão nacional, nem pensar (em desarticular-se)! Tal como o Governo Federal com os Estados, ele é um interlocutor necessário para este trabalho de parceria.”

(Paulo Sérgio Pinheiro)

“Eu acho que a estratégia dos anos 90, é a da parceria, da colaboração e também da sedução. Seduzir os grupos, as pessoas, segmentos do governo, para aquela dimensão profunda da solidariedade, de cidadania e conquistá-los para causas humanitárias e universais. Toda a brecha que se oferece dentro do Estado, deve ser apropriada, buscando as convergências na diversidade de opiniões mas que leve a luta sempre pra frente e pra cima. Isto como postura de base. Mas devemos ser profundamente realistas, porque de um lado há o voluntarismo do Estado, o Estado quer, os seus representantes querem; de outro, a lógica deste tipo de Estado, que é o Estado neo-liberal desta fase da acumulação mundial do capital, que é extremamente excludente. Ele não garante nem a cidadania para os cidadãos já constituídos, ele os submete a uma cidadania menor, desempregando-os, rebaixando salários e excluindo os demais.”

(Leonardo Boff)

○ **A CORAGEM DE DENUNCIAR E A CAPACIDADE DE PROPOR**

“A comunicação e a formação são meios para que o trabalho chegue a algum lugar – o fim. Ela se torna um instrumento e neste sentido ela é um meio, não que ela não tenha a capacidade de ser ela mesma uma instituição. A comunicação é um instrumento porque é um meio de formação de consciência, a exemplo das forças formativas da Igreja, da escola, da TV”.

(Dermi Azevedo)

“A questão da formação, genética ou organizada, nós demos um grande salto nesta área. Vemos milhares de militares espalhados por todo o Brasil e que foram fruto disso. A gente fica agora preocupado por que isso não representou uma renovação. Mas a renovação está aí, até preocupação. A renovação do conselho, a partir dos regionais, foi tão rápida que perdeu até a seqüência. É da natureza do movimento, porque é autônomo mesmo”

(Pedro Wilson)

SÍNTESE DO TEMA

O trabalho de formação, embora tido como essencial, agora com o status de assessoria aos novos programas, está atualmente em compasso de espera, já que seu acervo e interesse da equipe de Caxias se mantêm, naturalmente aguardando mudanças no formato do movimento, que o relance em posição de maior destaque. Pelo que aparece nos relatórios, no sentimento da equipe, extensivo ao Regional Sul II, é que para elas nada mudou, de certa forma expressando seu inconformismo de fato, com os resultados do 8º Encontro na

estrutura do movimento. O Conselho Nacional ira sugerir novas mudanças para o 9º Encontro, criando um Programa de Comunicação e Formação. É inegável a importância do trabalho neste campo e o que a equipe já tem formulado. Desconhecemos se existe atualmente alguma interface com os trabalhos dos regionais, com que o Leste II está fazendo, ou as oficinas jurídicas de Salvino Medeiros, no Norte do País. Hoje tudo parece desconectado. Sem termos nos detido em detalhe no trabalho da equipe, mas pelos materiais a que tivemos acesso de entidades que atuam na área de Direitos Humanos, há inúmeros estudos e publicações de qualidade e com as quais, especialmente por razões financeiras, não teríamos como competir, a exemplo do NEV, ou as cartilhas da Anistia, produzidas lá mesmo no Rio Grande do Sul. O movimento precisa avaliar onde pode contribuir mais (experiência acumulada e necessidades), seja para capacitação interna ou a produção intelectual que torne o movimento cada vez mais presente e influente na interlocução com a sociedade.

○ **FALTA DE RECURSOS – CHIAR É PRECISO. OUTRAS INICIATIVAS TAMBÉM**

“A questão financeira: fazer uma proposta de 3 secretários liderados seria excelente e nós discutimos isto deste quando se criou o secretariado. Mas ter os mecanismos e os meios é que são elas. Tem centro que tem mais dinheiro que o movimento nacional.”

(Pedro Wilson)

“A questão da visibilidade também possa pelos regionais. Se o regional é importante, temos que representar a situação. É difícil o regional existir. Como é possível fazer o movimento, com Rr\$ 5.000 por ano? Aquilo que Pedro Wilson falava: às vezes a gente se cobra de coisas que nós não podemos fazer. Vamos cobrar aquilo que é justo cobrar. Nós não conseguimos fazer reunião do programa (Justiça e Segurança), porque não tinha dinheiro, sempre não tem dinheiro, não tem um centavo para fazer reunião do programa. A nível nacional! No Regional, ele fez demais com o que teve.”

(Fermino)

“Queremos destacar a colaboração da CESE e Diakonia e de outras entidades, neste momento que estamos vivendo, em termos financeiros, uma situação dramática, comum a outras ONGs no Brasil. A esse respeito, uma jornalista americana, conhecia nossa, se colocou, e isto é natural nos EUA e Europa: se vocês quiserem me contratar, eu vou trabalhar o projetos de vocês nos EUA e na Europa. A gente fica assustado, o movimento agora tem lobby? Aquela proposta da CESE de nós irmos à Europa e mandar os projetos e sermos visíveis... este é um fato. Eles nos dizem vocês tem tudo isto? (de entidades filiadas). E vai uma entidadezinha pequena lá no exterior, faz um marketing enorme, vai lá fora, só fala dela, não fala do movimento e consegue acordos, manda relatórios nossos embrulhados no deles. Tem um centro que percorre país com seu secretariado o que o MNDH não pode. Tem uma infra-estrutura que o movimento não tem!”

(Pedro Wilson)

Já no Relatório Executivo, havíamos mencionado como os participantes dos encontros tratavam a questão dos recursos para as atividades dos regionais. Tido como modestos, não apareciam contudo, como impasses à vida dos regionais. As queixas vinham subordinadas a outros problemas, como a falta de comunicação, inexistência de uma publicação, os seminários dos programas... As secretarias executivas já cientes dos recursos ao longo dos

anos, sabem até onde podem contar com o apoio da CESE, sendo aqueles recursos essenciais às atividades básicas. Em outro momento do relatório, já mencionamos sobre as dificuldades que os grupos tem em negociar apoio institucional com as agências de ajuda, e este é sem dúvida um dos méritos de um projeto global da CESE, já que provê para todos regionais, este apoio básico, com variações, garantindo com isso o oxigênio mínimo do seu funcionamento.

Com base na planilha dos recursos apoiados, chama a atenção que quase todos os regionais dependem exclusivamente desses recursos, não havendo sequer recursos supletivos de outras fontes, exceção para o Centro Oeste e Norte I para 96 e Nordeste em 95. Comparando os exercícios de 94 e 95, tem-se que do total de verbas apoiadas pela CESE, o MNDH Nacional ficou com 52 e 54%, respectivamente, significando praticamente o mesmo montante, em torno de R\$ 104.000. Pelas andanças nos regionais, o mesmo não ocorrendo 95, praticamente inexistente, por falta de recursos. Imaginamos que em parte estes recursos foram utilizados nas atividades de 94, ou foram só os regionais que bancaram? Se é o mesmo montante, porque o nacional não destinou recursos aos programas, em 95?

RECURSOS DA CESE PARA OS REGIONAIS DO MNDH E PARA O MNDH-NACIONAL

em US\$

ANO	NORTE I		NORTE II		NORDESTE			CENTRO OESTE				
	total proj.	solicitado	apoiado	total proj.	solicitado	apoiado	total proj.	solicitado	apoiado	total proj.	solicitado	apoiado
1994	28.723,40	28.723,40	21.014,21	38.267,00	38.267,00	4.825,09	48.753,00	41.200,00	19.003,09	14.675,05	14.675,05	16.439,72
1995	91.843,97	91.843,97	22.458,46	43.868,71	43.868,71	1.141,43	51.673,64	39.357,91	17.614,00	44.039,84	16.214,12	14.600,00
1996	164.436,85	46.284,68	-	-	-	-	25.514,96	25.514,96	-	34.904,93	34.904,93	-

em US\$

ANO	LESTE I		LESTE II		SUL I			SUL II				
	total proj.	solicitado	apoiado	total proj.	solicitado	apoiado	total proj.	solicitado	apoiado	total proj.	solicitado	apoiado
1994	21.896,35	21.896,35	8.202,87	6.509,93	6.509,93	5.207,54	13.674,11	13.674,11	9.172,64	13.712,00	13.712,00	10.664,53
1995	42.316,78	42.316,78	9.074,10	5.351,22	5.351,22	6.876,00	7.954,55	7.954,55	7.955,01	11.248,59	11.248,59	10.202,00
1996	26.342,87	26.342,87	-	4.611,09	4.611,09	-	13.831,99	13.831,99	-	18.528,89	18.528,89	-

ANO	MNDH-NACIONAL	MNDH-REGIONAL (global)
1994	103.583,86	94.529,69
1995	104.396,58	89.948,00
1996	-	-

Considerando a decisão da CESE de alterar a sistemática de apoio automático, a partir de 97, seria recomendável que já, por ocasião do 9º Encontro, se iniciasse a troca de informações quanto às novas exigências e possibilidades alternativas de apoio institucional.

○ **QUESTÕES INSTITUCIONAIS**
(o futuro das relações com a CESE)

A publicação da Declaração dos Direitos Humanos (as declarações da ONU, entremeadas por reflexões e fundamentações bíblicas), pela CESE em 1974, reflete de um lado, a ação pioneira e corajosa num contexto adverso, significado a primeira iniciativa pública e, então, sua mais contundente exposição política. O MNDH surge em 82, e o forte apoio institucional da CESE refletia sua profunda identidade com o tema e a ousadia de, na avaliação da época, ter apostado tão ostensivamente nesta articulação. Era como uma contraface de sua própria visibilidade.

P. “Enilson, você como Secretário da CESE, que se bateu muito pelo fortalecimento desta linha de ação, até o surgimento da articulação MNDH, como vê a evolução do movimento hoje?”

R. “Eu esperava que o movimento nacional se constituísse parte de um movimento mais forte, com repercussão objetiva, que conseguisse mover águas muito mais que aquelas que parece mover hoje. Me passa uma sensação de inutilidade desta articulação, como ela apresenta hoje. Produz o quê, concretamente? Quais os indicadores sistematizados?”

(Enilson Rocha Souza, Secretário Executivo)

P. “Naquela conjuntura difícil do passado foi paulatinamente se afastando do que espera. Você não está lendo o passado com o sentimento de hoje? Claro que você não se sente enganado este tempo todo. Foi em que momento que houve uma falta de reciclagem do movimento ou de sua estrutura que não conseguiu responder?”

R. “A realidade de hoje, exige outro tipo de postura. Não sei se é o excesso de gente, muita gente diferente num mesmo ambiente. Acho que falta mais competência, mais profissionalismo, até do ponto de vista administrativo. Eu acho, sempre achei, como é que um coordenador ganha um salário tão baixo. Como é que você pode obter um produto de pessoas tão mal pagas? Será que elas realmente dedicam seu tempo a isto, ou têm que buscar alternativas de vida fora da sua atividade principal? A equipe me observa que é uma opção interna. Eu sempre tive dúvidas quanto a isto. Mas acho que o principal problemas ainda, é gente demais no processo de condução do movimento, pensamentos globais diferentes, interesses pessoais diferentes, num mesmo espaço.” **(Enilson)**

O FUTURO DAS RELAÇÕES CESE-MNDH

“Temos que começar do primeiro de que o fato que a CESE apóia os regionais e o nacional não signifique necessariamente para CESE e para o Movimento, de que o que foi até aqui apoiado sirva para os próximos 10 anos. Pode ser ou não ser, mas que esta é uma questão aberta. Devemos repensar os programas, antes que isto repensar se é preciso ter

programas. Outra alternativa é só ter o eixo central e deixar “rolar” as coisas. Se o Rio Grande do Sul é tão diferente do Acre; não dá para ter programas nacionais.”

(Alonso Roberts, assessor CESE)

QUAL RELAÇÃO?

“Descontinuidade na relação com a CESE (entre os responsáveis pelos projetos): há pouco repasse, dificultando e comprometendo a qualidade da relação, parceria estendia como política solidária e não “acerto de contas.”

(Eliana)

PRA QUE ESTA ESTRUTURA?

“Se questiona menos a expressão social e a importância deste universo em torno do MNDH, e sim a que serve a estrutura do movimento, coisa que a CESE está financiando em grande parte. Não fica aparente em que lutas locais, estaduais, e, outras partes do país, o que está sendo fortalecido com esta estrutura que está aí, a partir de Brasília. Não fica nada aparente de que forma este movimento estruturado está potencializando, fortalecendo ou facilitando as lutas. Para nós da CESE este é um grande problema, pois nosso compromisso maior é o apoio institucional”

(Afonso)

O TIME É ESSE, SÓ QUE...

“Agora não como avaliador, mas como assessor: o que não nos tira o discurso nem é um fator de desgaste ou falta de reconhecimento das Agências, que nós tenhamos errado o alvo em relação aos DH, porque o time é esse basicamente – as pessoas, o chamado pessoal dos direitos humanos – essa categoria difusa e que continua insubstituível para enfrentar uma série de violações bárbaras que no Brasil continuam existindo e que o movimento de DH continua tendo toda a razão de ser e isto é contemporâneo: violência, chacinas, segurança pública tudo isto é objeto do mandato do movimento. A questão é saber até onde a estrutura consegue permear, potencializar e ser a melhor alocação de recursos. As vezes os grupos heroicamente, sem recursos sem nada, estão fazendo lá na base, e aqui está se gastando 80, 100 mil para fazer reuniões, sistematizações... que precisam ser bem gastos.”

(Zanetti)

Quando a CESE tomou a iniciativa de trazer para si a articulação junto as agências internacionais de ajuda, de apoio institucional ao MNDH, ela sabia que para as agências é compreensivelmente mais difícil sensibilizar-se para carrear recursos às atividades-meio, à infra-estrutura, às reuniões, despesas de escritório, optando em identificar as atividades de mobilização, enfraquecimento de conflitos por grupos locais, por visualizar que ali está se operando situações capazes de questionar problemas mais estruturais, devendo estar em curso os fundamentos da transformação social. Como todo grupo necessita das atividades de suporte, terá primeiro que credenciar-se pelo testemunho e persistência, pela militância até conquistar a credibilidade para receber recursos necessários à uma ação mais sistemática e planejada. A CESE recorreu assim com seu prestígio junto as agências para superar esta etapa, até por que muitos grupos isolados já contavam com aportes externos os das igrejas nacionais, por se julgar que estavam dadas as condições de uma articulação nacional, como de fato ocorreu. O que a CESE questiona agora, melhor está convencida, é

a permanência de um apoio sistemático por tanto tempo acomodando burocraticamente o movimento, de certa forma induzindo a perda de iniciativa na busca de diversificação de novas fontes.

O MOVIMENTO NÃO SE SISTEMATIZA

“A CESE enquanto parceira do MNDH se ressentida da falta de sistematização das lutas, dos fatos, todo um conjunto de problemas que a gente sabe que existem mas não nos chegam. Precisamos ter um centro de sistematização, de informação e até de interpretação dessas coisas que estão concretamente acontecendo. A gente não consegue obter do nacional esta sistematização – os problemas estão aí, as ações estão aí, os resultados estão aí, alguns pelo menos. O que nos falta é alguém que tenha a capacidade, esta visão conjunta das coisas e que dê uma interpretação correta desses logros e que ajude na comunicação. Estou convencido que o problema maior é que talvez falte recursos humanos e materiais apropriados para elaboração do material a ser comunicado, e comunicar. Será que CESE terá de montar o seu sistema (já que não é alimentado) de catalogação, de sistematização do que está ocorrendo? Por exemplo, vamos pegar o material do GAJOP, sobre a proteção das testemunhas, e ver como funcionam os indicadores. Para no final do ano temos, então, um relatório... Hoje as agências podem nos cobrar: qual os resultados concretos do programa de DH, a gente vai se reportar a quem, ao Movimento Nacional? Eles têm o que nos dizer?.” **(Enilson)**

SOBRE O APOIO INSTITUCIONAL AUTOMÁTICO

P. *“Não tem sido, ao longo dos anos, fator de acomodação para o MNDH e seus regionais, ou até de forma artificial, adequar seus recursos para coisas que já não estão representado, como apoio aos regionais, quando talvez o mais interessante poderia ser um apoio estadual do que um regional que foi pensado 12 anos atrás? Isto não torna a própria CESE refém de um apoio automático, quase compulsório aos regionais, vendo outras coisas importantes acontecendo por aí, mas sem poder alocar os recursos, porque uma boa falta fatia já estão comprometida com este tipo de apoio?”*

R. *“Esta não é absolutamente uma questão nova para nós. Reportando-me ao comentário que ouvi de uma agência em relação a um parceiro: “nós vamos engolir este sapo agora, porque nós engolimos um antes, e não protestamos”. Eu acho que isto se aplica em parte na nossa relação com o MNDH, mas nunca fomos capazes de tratar isto mais eficazmente. Protelamos, prosseguindo o apoio, na esperança, em função de sinais de melhoria nas relações, na superação de vícios, que acabam não acontecendo”* **(Enilson)**

SUPERANDO A FRUSTAÇÃO

“Esse apoio institucional como vem ocorrendo, estamos dando por encerrado em 96. vamos construir com os regionais, caso a caso. Os projetos em sua quase totalidade são impossíveis de serem tratados por falta de informações básicas e tem sido uma constante nestes projetos não apresentam uma sistematização sobre as dificuldades, avanços, desafios. Tanto nós como o movimento estamos frustrados nesta relação. Há uma mutua frustração: ele porque sempre estão aumentando as demandas e a gente porque este

aumento de demanda não vem acompanhada de uma clareza com relação aos objetivos ao trabalho que está sendo feito, uma justificativa que seja plausível e também o esforço dos grupos em diversificação de fontes. Então, dos dois lados, estamos insatisfeitos”.

(Fátima)

Como resultado de sucessivos desencontros, a CESE deliberou em sua reunião de análises de projetos do PEP – Programa Especial de Projetos³, de janeiro/96, como sendo este último ano de apoio ao MNDH, nos moldes vigentes – incluindo sede e os regionais, devendo ser constituída uma nova relação a partir de 97, onde os projetos serão julgados de per si, e não como um pacote. Com a nova sistemática, a CESE acredita estar melhor contribuindo com a área de Direitos Humanos e com o próprio MNDH, ficando mais livre para apoiar outras iniciativas fora do apoio institucional, dentro do montante definido no sub-programa Direitos Humanos.

A pergunta que ocorreu à equipe de avaliação foi perguntar-se se não seria uma precipitação da CESE tomar uma decisão tão importante em meio ao processo avaliativo, transparecendo uma determinação prévia e para a qual a avaliação não pesaria. Recebemos da equipe de assessores a explicação de que tal decisão vinha sendo amadurecida há algum tempo, que foram considerados elementos disponíveis da própria avaliação – informes de viagem e o relatório executivo, salientando que não está havendo nenhuma deliberada intenção de se fechar ao movimento, senão a mudança na sistemática de julgamento e negociação junto ao MNDH e seus regionais.

A AVALIACAO COMO PROCESSO

“O processo avaliação não termina. Se o movimento incorporar esta visão que a avaliação ajuda os grupos a serem contemporâneos às necessidades de mudanças que a realidade impõe, levando em conta sua história, perceba os problemas do presente para uma perspectiva. O espírito da avaliação nunca foi o de romper com o movimento, mas como instrumento facilitador de como proceder em nosso compromisso com os direitos humanos. O nosso compromisso é com os DH e não com a estrutura do MNDH.”

(Eliana)

“O processo avaliativo já nos deu indícios que nos permitem algumas considerações. Este apoio garantido previamente através dos planos trienais revela antes nossa externa lealdade com os compromissos que assumimos juntos no Encontro Nacional de Vitória. Da parte do movimento com a CESE não existe esta mesma lealdade: não obedecem os prazos acordados, não se esmeram e as vezes nem apresentam relatórios, não repensam o seu contexto para reelaborar seus projetos a cada ano. Há um descompasso. Daí ser razoável que se tenha chegado a alguns questionamentos em relação ao apoio financeiro, e é fruto, também, desta avaliação parcial. Não quer dizer em hipótese alguma que estamos nos descomprometendo com a questão dos DH, nem com o movimento. Mas ele mesmo já

³ O Programa Especial de Projetos-PEP é um dos mais importantes programas da CESE, no qual estão listados atualmente em torno de 30 projetos, apoiados em condições especiais, pelo volume e seqüência de apoio, em geral trienais e renováveis, negociando com um *pull* de agências, sendo que o MNDH que compõe o sub-programa Direitos Humanos, conta com o maior volume de recursos.

não é o mesmo. Há regionais que não funcionam e é evidente que podemos e devemos repensar a partir de propostas mais ou menos consistentes”

(Eliana)

FIM DO FAZ DE CONTA

“O fato da garantia do apoio da CESE, embora pequeno, faz com que alguns regionais não se motivem a oferecer maiores elementos de sua própria. Pensam: “Se a gente mudar um projeto bom eles vão nos apoiar com 10 mil, se for fraco, vão apoiar com 10 mil também”, e aí enviam um projeto genérico, mal trabalhado, só para constar, quando na realidade o nosso compromisso tem sido historicamente com a luta. Este tipo de relação a gente não pode permitir que continue. A gente se enganar que está ajudando e eles ajudando e eles que estão sendo ajudados. Pelo contrário, com está prática, eu acho que temos mais prejudicado do que colaborado.”

(Fátima)

AUSÊNCIA DO MNDH EM DEBATES CENTRAIS SOBRE COOPERAÇÃO

“É um pouco decepcionante constatar a ausência do movimento sobre toda uma importante discussão que está sendo feita a nível internacional sobre articulação, sobre parceria, sobre solidariedade. E o que a gente nota ou é uma ausência deles ou uma falta de iniciativa. Eles não estão presentes no centro desta que hoje ocupa uma cena enorme dentro das discussões não só entre os movimentos como entre as agências de apoio. O movimento foi perdendo espaço. É também um pouco frustrante para CESE ver um movimento que tinha uma certa linha de crescimento (ele deu alguns passos significativos em nível nacional, como o Banco de Dados), mas conseguir ficar pé, criar raízes e sustentar-se nesta árvore, a gente sente que não conseguiu. Quando a gente busca os resultados, são aqueles – são mais de 200 entidades filiadas..., mas qual é a participação efetiva na articulação pelos DH no Brasil? Na reunião de negociações com as agências também não se conseguiu dar passos significativos, talvez pela dificuldade de mostrar o trabalho. Foi perdendo muito aquele componente de militância”.

(Eliana)

Ter coragem de interromper um processo ou de reformular. Foi necessário para tal época. há uma resistência em modificar, assim como houve uma resistência com o processo avaliativo, é como se o movimento não quisesse olhar para ele mesmo seriamente, sem resolver seus problemas. É um pouco o que acontece com o novo projeto trienal que foi apresentado. Com todo este “ruído de comunicação”, a Secretaria do movimento envia um projeto enorme aumentando em quase dez vezes seu orçamento anual. Um certo alheamento de que há uma crise a ser tratada.

6. Desafios/Recomendações

O relatório, até para manter a integridade de algumas falas ou linha de raciocínio, vem entrecortado de reflexões e sugestões. Agora procuramos elencar mais alguns desafios e recomendações, que por sua vez serão enriquecidos no próprio encontro quando se procurará uma sistematização final.

- O papel unificador e de visibilidade das **campanhas**. Retomamos aqui uma sugestão sempre acolhida e pouco implementada e, no entanto, é

reconhecidamente um dos instrumentos que melhor pode aproximar os grupos filiados e melhorar a visibilidade do MNDH, tanto na interlocução, como junto as agências. Uma das lembradas: A Campanha pela Tipificação da Tortura como Crime Inafiançável (existem 28 projetos tramitando na Câmara Federal);

- há queixas e fica como desafio, uma avaliação da **Campanha Contra a Impunidade**, colocando reiteradamente para o Conselho, sem encaminhamento;
- *“Quero ver o dia em que **MNDH puxar um grande seminário ou conferência internacional sobre a questão das drogas no Brasil e na América Latina**. Não só apoiar, fazer uma dobradinha, por exemplo, com o IBASE ou outra entidade. Quero ver o movimento, ele puxando este puxando este debate e quero ver se não vai provocar um grande fato nacional, da maior relevância para o país.”*

(Pedro Luis Dalcero/IBASE)

- intensificar as informações internas e para a sociedade, através de um serviço profissional eficaz, a partir de Brasília (vide o caso do FAX-DH, da Câmara Federal, AGEN-FAX). Estruturar-se mais naquilo que se propõe se também: um efetivo serviço;
- publicações; estimular a reflexão e a produção intelectual, senão com publicações próprias, que seja pela grande imprensa ou iniciativas em parceria, tipo Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Humana/SP, INESC, NEV, etc, amplificando assim as propostas e visibilidade do MNDH;
- se há consenso quanto a intervenção no campo institucional, o MNDH tem de contar, por iniciativa própria ou através de parcerias, com equipe de advogados para fazer face às petições e processos de casos exemplares, emergenciais ou de grande repercussão, que exijam a intervenção do MNDH por esta via, o que é sempre provável;
- que o movimento aprofunde as atividades centrais, aquelas que lhe são mais típicas, especialmente aquelas que fazem a referência enquanto movimento próprio, distinguindo daquelas possíveis de serem encaminhadas em parceria, dando lhe tratamento diferenciado;
- neste sentido, que o movimento procure explicitar, identificar as relações com os grandes parceiros nacionais e com eles discutir ações comuns;
- *“o SIN – Serviço de Intercâmbio Nacional, ficou com memória e também como desafio, a retornamos esta forma hoje com os meios mais técnicos do fax, do satélite, da informação via telefone internacional, mil formas hoje de comunicação.”*

(Boff)

- sistematização de sua própria experiência. O interessante é que o movimento tomasse iniciativa de tentar resgatar todos seus avanços e conquistas. Teria que levantar em cada região o que é que foi feito. Pensar um pouco mais largo, um pouco mais amplo: o que se conseguiu hoje de mais importante no campo dos DH e esses, trabalhos, sendo resgatados, ter a iniciativa de discutir internacionalmente.
- Na área de comunicação, o ideal seriam duas pessoas: uma com representação política e outra contratada – um bom jornalista com trânsito em Brasília.
- As recomendações do olhar de fora. Áreas prioritárias de atuação: campanhas debates e as principais violações – impunidades, tortura, chacinas, extermínio de menores, desaparecidos sociais (vítimas da exclusão).

- Tão logo se amadureça dentro do movimento, especialmente após o IX Encontro e reunião dos novos conselheiros, com consistente Plano de Trabalho e orçamento, que o MNDH, em seguida se agende com a CESE e/ou com as agências com as quais já mantem contato, discutir o plano e a busca de novas fontes de recursos.

Desafios (apresentado por Dermi Azevedo na última reunião do Conselho)

- como a gente vê, como a gente sente o movimento?

1) FEDERALISMO E EFICÁCIA NA AÇÃO POLÍTICA

Como conciliar o caráter federativo, o federalismo do movimento em seu caráter nacional, com as ações unitárias. Em alguns momentos, o movimento tem levado esse federalismo ao ponto mais extremo, de uma autonomia quase absoluta dos regionais e das entidades locais, afetando a eficácia e a eficiência de qualquer ação que se decida democraticamente a nível nacional. Uma campanha que se decida democraticamente sem o engajamento efetivo e eficaz pelas entidades federadas, entendido aqui os regionais e os centros locais, ela fatalmente está condenada ao fracasso.

2) BASISMO X CUPULISMO

Como conciliar a ação a partir da base com as ações espaços de poder institucional. Se equilibrar, trabalhar esta dicotomia entre uma tendência ao basismo e uma tendência, muito menor e menos forte, ao cupulismo. Como trabalhar esta questão?

3) FORMAÇÃO E TRANSIÇÃO NO MNDH

Como trabalhar a transição política dentro da direção do movimento; como administrar praticamente esta transição? É a parte do jogo democrático, mas que afeta necessariamente esta à questão dos novos quadros. E no meu ponto de vista, a questão da formação está num segundo plano, terceiro plano. Não é assumido nem a nível nacional, nem a nível local. Não temos levado a sério a formação de novos quadros. A formação segue ao sabor do ativismo, quer dizer, à medida em que vai se militando nos direitos humanos, vai se formando também. Mas é preciso ver, até que ponto isto é verdade ou não, porque entra aí em porque do carisma do movimento, a questão da mística. Nós que estamos no movimento a tanto tempo, como podemos passar às novas gerações esta mística do movimento, quando se fala do movimento de direitos humanos, se fala de tudo, do MNDH, se fala de qualquer iniciativa em favor dos Direitos Humanos. É o movimento que é o Momento Nacional de Direitos Humanos. A questão da identidade do movimento, dentro do movimento social, movimento popular, etc.

4) EMERGÊNCIAS E FALTA DE COMUNICAÇÃO

É aquele que está tragicamente presente, que são as ações de prontidão, isto é, as ações imediatas em defesa dos DH, as ações que sejam oportunas, eficazes e eficientes. E isto está ligado também a própria questão da comunicação, a própria visibilidade – são questões recorrentes, estão sempre votando, e diante das quais, a gente não tem encontrado respostas politicamente adequadas.

5) PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A pertença anímica X a racionalidade: uma coisa é a gente pertencer por alma, por gosto, por contato com o movimento, e a outra que seja algo racional, que siga um planejamento.

Até hoje, nestes anos todos não conseguimos fazer um planejamento estratégico para o movimento. Agora já está aí o desafio do gerenciamento pela qualidade que está entrando até no poder público, ações planejadas estrategicamente. Nós não chegamos a atingir este ponto. A gente ficar sempre defasado no tempo e no espaço.

6) OS GRANDES TEMAS PARA O MNDH

O enfraquecimento de temas centrais do debate político, não só brasileiro como internacional: agora em que a opinião pública está debatendo intensamente a questão do aborto, a partir dos projetos do Severino Cavalcante, Hélio Bicudo, e tal, debatendo intensamente, se mobilizando, e nós enquanto movimento... não sei porque motivo, estamos totalmente atrasados neste debate. Um desafio, tem que debater estas questões, não ter por que fugir destas questões. Qual é a força misteriosa que nos impede de discutir estas questões que estão na ordem do dia? Questões da bioética, das patentes, novos quadros internacionais, a questão da globalização, todos estes temas aí... não chegar ao final do século esse nosso movimento, sem discutir estas questões, sem ter propostas para elas.

7) ESPAÇO PÚBLICO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E PARCERIAS

Finalmente, obviamente, existem pelo menos três grandes referências de espaços, que estão se articulando cada vez mais, e que diante das quais a gente precisaria ver como o movimento vê neste momento e como ele deveria caminhar. O primeiro deles são os espaços institucionais públicos. Como foi dito, estão crescendo cada vez mais e maior. Felizmente. No próprio parlamento federal. Como é que nós estamos em relação a esses espaços públicos. A segunda referência são as ações nacionais e internacionais. Estão muito tímidas as relações. Em determinada época este era o nosso forte. O movimento estava em grande interação com grandes articulações. Eram ligadas à Igreja e também tiveram suas crises. Depois a gente passou esta etapa, ficando um grande vazio político, e a gente não está conseguindo estar presentes nestas grandes articulações nacionais e internacionais, embora tenha havido tentativas neste sentido – com a FIDH, Viena, Washington. Por último – o espaço das parcerias, tanto públicas, como privadas. Parece que a história está indicando, que se a gente não trabalhar bem a questão das parcerias, dificilmente a gente vai sobreviver do ponto de vista financeiro, enquanto instituição, no plano institucional, porque a torneira está fechando mesmo, já fechou quase completamente, das doações, e a palavra de ordem é parceria com todos os que quiserem lutar pela mesma causa, defendendo os mesmos princípios, tanto no espaço público, como na iniciativa privada. A Fundação ABRINQ, por exemplo, que tem convênios com várias entidades.

8) A MÍSTICA E O FUTURO DO MNDH

Par continuar: algo que nos dilacera: de um lado esta grande escola, mas uma escola que por suas características ou outra razão que precisamos estudar coletivamente, não consegue atender a problemas que são recorrentes que voltam de encontro para encontro, como a visibilidade, a formação, a comunicação. É uma relação ambivalente. Num país como essa dimensão do Brasil, e com esses problemas, sem o movimento, com certeza o caos seria ainda maior, mas como o movimento o caos ainda é muito grande. Ele poderia render muito mais, com o potencial que o movimento tem, do que rendeu até hoje. O desafio que se coloca para nós é nesta base: está havendo mudanças nas relações que faz parte da vida. Agora como é que isto se dá? A mística vai ser mantida, o carisma vai ser mantido?

CONCLUINDO

AVALIAÇÃO ENTRE PARCEIROS

“Por isso a questão da avaliação CESE-Movimento, Oscar e Zanetti, ela é fundamental para nós assumirmos ela como conjunto e não como algo da CESE ou do movimento, mas como uma avaliação nossa e não avaliados externamente. Estamos sendo avaliados conjuntamente por uma entidade que nos ajuda, mas mais que nos ajuda, tem uma parceria aí”. **(Pedro Wilson)**

QUANTO A EXPERIÊNCIA AVALIATIVA

Vale salientar que o recurso do roteiro auxiliar, onde foram elencadas 10 questões, algumas delas com sub-itens abarcando os temas centrais ao movimento, e distribuídas entre os grupos de base presentes em cada regional possibilitou, de per si, que cada entidade, muitas delas novas no MNDH, tivesse a oportunidade de conhecer sua vida interna, seu potencial de intervenção, a natureza dos conflitos e a riqueza de questões e grupos que compõem a articulação. Ou seja, como se imaginava, o processo avaliativo funcionou, cremos que para a maioria dos regionais, como oportunidade de crescimento, melhor nivelamento da compreensão dos assuntos básicos que permeiam o movimento e os desafios futuros.

Salvador, fevereiro/96

Juan Oscar Gatica/MNDH

José Carlos Zanetti/CESE

MENSAGEM AOS MILITANTES

“Tem-se que trabalhar uma espécie de mística para aquele comprometido com os Direitos Humanos. Ele é uma das poucas fontes portadoras de sonhos e utopias. E hoje não é a luta por ideologias ou idéias, mas aquele que tiver o melhor sonho, de uma sociedade minimamente integrada e respeitosa.

Quem está lutando por isso é como quem está Guardando o óleo daquela lamparina, porque se ela se apaga, o que há de mais grandioso e digno do ser humano também se apaga”

Leonardo Boff



www.dhnet.org.br